

### MESA DIRETORA

**JALSER RENIER PADILHA - PRESIDENTE**

**CORONEL CHAGAS**  
1ª VICE-PRESIDENTE

**NALDO DA LOTERIA**  
1º SECRETÁRIO

**DHIEGO COELHO**  
3º SECRETÁRIO

**JÂNIO XINGÚ**  
2º VICE-PRESIDENTE

**MARCELO CABRAL**  
2º SECRETÁRIO

**IZAIAS MAIA**  
4º SECRETÁRIO

**FRANCISCO MOZART**  
3º VICE-PRESIDENTE

**MASAMY EDA**  
CORREGEDOR GERAL

**JORGE EVERTON**  
OUVIDOR GERAL

### Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

**Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final**

George Melo (PSDC) - Presidente  
Jorge Everton (PMDB) - Vice-Presidente  
Coronel Chagas (PRTB) - Membro  
Lenir Rodrigues (PPS) - Membro  
Brito Bezerra (PP) - Membro  
Aurelina Medeiros (PSDB) - Membro  
Oleno Matos (PDT) - Membro

**Comissão de Administração, Segurança e serviços públicos**

Jorge Everton (PMDB) - Presidente  
Soldado Sampaio (PC do B) - Vice-Presidente  
Lenir Rodrigues (PPS) - Membro  
Coronel Chagas (PRTB) - Membro  
Odilon Filho (PEN) - Membro

**Comissão de Ética Parlamentar**

Marcelo Cabral (PMDB) - Presidente  
Mecias de Jesus (PRB) - Vice-Presidente  
George Melo (PSDC) - Membro  
Zé Galeto (PRP) - Membro  
Izaias Maia (PRB) - Membro  
*Suplentes:*  
1º - Chico Guerra (PROS)  
2º - Oleno Matos (PDT)

**Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle**

Coronel Chagas (PRTB) - Presidente  
Marcelo Cabral (PMDB) - Vice-Presidente  
Jânio Xingú (PSL) - Membro  
Aurelina Medeiros (PSDB) - Membro  
Izaias Maia (PRB) - Membro  
Diego Coelho (PSL) - Membro  
Soldado Sampaio (PC do B) - Membro

**Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde**

Lenir Rodrigues (PPS) - Presidente  
Evangelista Siqueira (PT) - Vice-Presidente  
Masamy Eda (PMDB) - Membro  
Chico Mozart (PRP) - Membro  
Mecias de Jesus (PRB) - Membro

**Comissão de Defesa do Consumidor**

Chico Mozart (PRP) - Presidente  
Valdenir Ferreira (PV) - Vice-Presidente  
Mecias de Jesus (PRB) - Membro  
Coronel Chagas (PRTB) - Membro  
Evangelista Siqueira (PT) - Membro

**Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social**

Ângela Águia Portella (PSC) - Presidente  
Oleno Matos (PDT) - Vice-Presidente  
Aurelina Medeiros (PSDB) - Membro  
Lenir Rodrigues (PPS) - Membro  
Dhiego Coelho (PSL) - Membro

**Comissão de Agricultura Pecuária e Política Rural**

Zé Galeto (PRP) - Presidente  
Aurelina Medeiros (PSDB) - Vice-Presidente  
Marcelo Cabral (PMDB) - Membro  
Ângela Águia Portella (PSC) - Membro  
Gabriel Picanço (PRB) - Membro

**Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias**

Chico Guerra (PROS) - Presidente  
Izaias Maia (PRB) - Vice-Presidente  
Dhiego Coelho (PSL) - Membro  
Soldado Sampaio (PC do B) - Membro  
Francisco Mozart (PRP) - Membro

**Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas**

Mecias de Jesus (PRB) - Presidente  
Jânio Xingú (PSL) - Vice-Presidente  
Marcelo Cabral (PMDB) - Membro  
Naldo da Loteria (PSB) - Membro  
Aurelina Medeiros (PSDB) - Membro

**Comissão de Indústria, Comércio e Turismo**

Brito Bezerra (PP) - Presidente  
Valdenir Ferreira (PV) - Vice-Presidente  
Jânio Xingú (PSL) - Membro  
Zé Galeto (PRP) - Membro  
Izaias Maia (PRB) - Membro

**Comissão de Viação, Transportes e Obras**

Masamy Eda (PMDB) - Presidente  
Odilon Filho (PEN) - Vice-Presidente  
Oleno Matos (PDT) - Membro  
Ângela Águia Portella (PSC) - Membro  
Naldo da Loteria (PSB) - Membro

**Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**

Gabriel Picanço (PRB) - Presidente  
Masamy Eda (PMDB) - Vice-Presidente  
George Melo (PSDC) - Membro  
Jânio Xingú (PSL) - Membro  
Mecias de Jesus (PRB) - Membro

**Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e Mercosul**

Dhiego Coelho (PSL) - Presidente  
Chico Guerra (PROS) - Vice-Presidente  
Jorge Everton (PMDB) - Membro  
Odilon Filho (PEN) - Membro  
Soldado Sampaio (PC do B) - Membro

#### GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR  
Telefone: (95) 3623-6665 | E-mail: docgeralale@gmail.com

DANIELLY VANDERLEI DE MORAIS  
Gerente de Documentação Geral

CHRISTIAN DELLA PACE FERREIRA  
Diagramação

#### Atos Administrativos

- Resoluções Administrativas nº 148 a 152/2015 02

#### Atos Financeiros

- Memo ALE/DIFIN nº 042/2015 02  
- Republicação do Relatório Resumido de Execução Orçamentária - 2º BIM/2015 02

#### Atas Plenárias

- Ata da 2382ª Sessão Ordinária - Íntegra 03

**ATOS ADMINISTRATIVOS**
**RESOLUÇÕES ADMINISTRATIVAS**
**RESOLUÇÃO Nº 148/2015**

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

**RESOLVE**

**DESIGNAR** os servidores listados para exercer a função de fiscal do contrato firmado entre este Poder e a empresa contratada, conforme o Art. 67 da Lei nº 8666/93.

Nº do Processo	Contratado	Vigência	Objeto	CPF/CNPJ	Gestor de Contrato
072/11	Edson Costa e Silva - ME	30.06.2015	Serviços em software para Gerenciamento Eletrônico de Documentos e Processos (Workflow), com aplicativos integrado, instalado e configurado, treinamento, acompanhamento, pós-capacitação, atualização da versão e suporte técnico, para atender este Poder.	09.313.637/0001-02	Ikaro Bezerra Carvalho da Costa Santos Matrícula Nº 12310
022/15	INFORTEC Com. e Serv. Ltda	01.03.2016	Manutenção preventiva e corretiva nas centrais telefônicas instaladas na ALE e seus anexos	04.105.675/000156	Glauceide Ferreira da Silva Matrícula Nº 16973

Palácio Antônio Martins, 22 de Maio de 2015

**Deputado JALSER RENIER PADILHA**

Presidente

**Deputado ROSINALDO ADOLFO BEZERRA DA SILVA**

1º Secretário

**Deputado MARCELO MOTA DE MACEDO**

2º Secretário

**RESOLUÇÃO Nº 149/2015**

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

**RESOLVE**

**AUTORIZAR** o afastamento dos servidores **MARIA FRANCISCA DE FARIA QUEIRÓZ CASTRO Matrícula 12485**, **MARCUS TAYRONI VASCONCELOS DE SOUZA Matrícula 14650** e **LORENA DAFENY LIMA CAMPOS Matrícula 17042**, para viajarem com destino ao Município de Pacaraima, no período de 25.05 a 28.05.2015, com a finalidade tratarem de assuntos inerentes às atividades funcionais, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 22 de Maio de 2015

**Deputado JALSER RENIER PADILHA**

Presidente

**Deputado ROSINALDO ADOLFO BEZERRA DA SILVA**

1º Secretário

**Deputado MARCELO MOTA DE MACEDO**

2º Secretário

**RESOLUÇÃO Nº 150/2015**

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

**RESOLVE**

**AUTORIZAR** o afastamento dos servidores **GETULIO BARBOSA WANDERLEY Matrícula 15862** e **JONAS JUAREZ SILVEIRA ARAÚJO Matrícula 15070**, para viajarem com destino ao Município de Caracará, no período de 25.05 a 28.05.2015, com a finalidade tratarem de assuntos inerentes às atividades funcionais, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 22 de Maio de 2015

**Deputado JALSER RENIER PADILHA**

Presidente

**Deputado ROSINALDO ADOLFO BEZERRA DA SILVA**

1º Secretário

**Deputado MARCELO MOTA DE MACEDO**

2º Secretário

**RESOLUÇÃO Nº 151/2015**

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

**RESOLVE**

**AUTORIZAR** o afastamento da servidora **CLEUCIANE OLIVEIRA SANTOS SAINT JUST Matrícula 17134**, para viajar com destino ao Município de Iracema, no período de 25.05 a 28.05.2015, com a finalidade tratar de assuntos inerentes às atividades funcionais, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 22 de Maio de 2015

**Deputado JALSER RENIER PADILHA**

Presidente

**Deputado ROSINALDO ADOLFO BEZERRA DA SILVA**

1º Secretário

**Deputado MARCELO MOTA DE MACEDO**

2º Secretário

**RESOLUÇÃO Nº 152/2015**

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

**RESOLVE**

**AUTORIZAR** o afastamento dos servidores **FERNANDO HEDER NOGUEIRA Matrícula 13889**, **EDNALDO SOARES DE MENDONÇA Matrícula 11791**, **FRANCISCO EDILSON ALVES RODRIGUES Matrícula 16951**, **LAUDIMAR LAUREANO SAMPAIO Matrícula 12947** e **HISRAUFRE EMILIANO DA COSTA Matrícula 12368** para viajarem com destino aos Municípios de São Luiz do Anauá (Vila Moderna), Baliza e Caroebe, no período de 25.05 a 29.05.2015, com a finalidade tratarem de assuntos inerentes às atividades funcionais, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 22 de Maio de 2015

**Deputado JALSER RENIER PADILHA**

Presidente

**Deputado ROSINALDO ADOLFO BEZERRA DA SILVA**

1º Secretário

**Deputado MARCELO MOTA DE MACEDO**

2º Secretário

**ATOS FINANCEIROS**
**ALE/DIFIN/MEMO Nº 042/15**

Boa Vista-RR, 22 de maio de 2015

Excelentíssima Senhora

**DANIELLY VANDERLEI DE MORAIS**

Gerente de Documentos Gerais da ALE/RR

Senhora Gerente,

Com os nossos cordiais cumprimentos, solicito republicar por erro material, o Relatório Resumido de Execução Orçamentária deste Poder Legislativo, referente ao 2º bimestre de 2015, que foi Publicado no Diário Oficial da Assembleia, Edição nº 2061, no dia 21 de maio do corrente, na páginas 02 e 03.

Cordialmente,

**Francisco Carmozildo H. de Araújo.**

Gerente de Orçamento.

O Poder Legislativo  
trabalhando para VOCÊ

EM DEFESA DO CONSUMIDOR RORAIMENSE

7 mil atendimentos em 2013

PROCON ASSEMBLEIA

**PODER LEGISLATIVO**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
**ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A DEZEMBRO: 2015 / BIMESTRE: MARÇO—ABRIL/2015**

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, Inciso I, alíneas "a" e "b" do Inciso II e §1º - Anexo I)

R\$ (reais)1,00

RECEITAS	PREVISÃO ANUAL		RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a-c)
	INICIAL	ATUALIZADA (a)	No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS CORRENTES	155.844.975,00	155.844.975,00	—	—	—	—	155.844.975,00
TRANFERÊNCIAS CORRENTES	155.844.975,00	155.844.975,00	—	—	—	—	155.844.975,00
Transferências Intragovernamentais	155.844.975,00	155.844.975,00	—	—	—	—	155.844.975,00
			—	—	—	—	
RECEITAS DE CAPITAL	9.600.000,00	9.600.000,00	—	—	—	—	9.600.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	9.600.000,00	9.600.000,00	—	—	—	—	9.600.000,00
Transferências Intragovernamentais	9.600.000,00	9.600.000,00	—	—	—	—	9.600.000,00
			—	—	—	—	
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)</b>	165.444.975,00	165.444.975,00	—	—	—	—	165.444.975,00
<b>DÉFICIT (II)</b>	—	—	—	—	—	—	—
<b>TOTAL (I) + (II)</b>	165.444.975,00	165.444.975,00	—	—	—	—	165.444.975,00

DESPESAS	PREVISÃO ANUAL		DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (b-f)
	INICIAL (a)	ATUALIZADA (b)	No Bimestre (c)	Até o Bimestre(d)	No Bimestre (e)	Até o Bimestre (f)	% ( f/b)	
DESPESAS CORRENTES	155.844.975,00	155.844.975,00	7.340.937,24	107.665.672,14	28.387.371,52	50.761.467,72	33	105.083.507,28
Pessoal/Encargos Sociais	73.306.500,00	73.306.500,00	250.000,00	58.088.332,20	13.171.027,93	26.077.569,63	36	47.228.930,37
Outras Despesas Correntes	82.538.475,00	82.538.475,00	7.090.937,24	49.577.339,94	15.216.343,59	24.683.898,09	30	57.854.576,91
DESPESAS DE CAPITAL	9.600.000,00	9.600.000,00	322.940,57	1.327.660,87	302.477,57	1.143.076,07	12	8.456.923,93
Investimentos	9.600.000,00	9.600.000,00	322.940,57	1.327.660,87	302.477,57	1.143.076,07	12	8.456.923,93
INVERSÕES FINANCEIRAS	—	—	—	—	—	—	—	—
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (I)</b>	165.444.975,00	165.444.975,00	7.663.877,81	108.993.330,01	28.689.849,09	51.904.543,79	31	113.540.431,21
<b>SUPERÁVIT (II)</b>	—	—	—	—	—	—	—	—
<b>TOTAL (I) + (II)</b>	165.444.975,00	165.444.975,00	7.663.877,81	108.993.330,01	28.689.849,09	51.904.543,79	31	113.540.431,21

Fontes:THEMA e FIPLAN –Gerência de Contabilidade/ALE

Obs: Valores sujeito a alterações.

**Dep. Jalsner Renier Padilha**  
 Presidente da ALE

**Gerson da Silva de Melo**  
 Diretor Financeiro

**Francisco Arnaud de Sousa**  
 Controlador Geral ALE/RR

**PODER LEGISLATIVO**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
**ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A DEZEMBRO: 2015 / BIMESTRE: MARÇO – ABRIL/2015**

R\$ (reais) 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre (b)	Até o Bimestre (c)	No Bimestre (d)	Até o Bimestre (e)	% (e/total a)
LEGISLATIVA	165.444.975,00	165.444.975,00	7.663.877,81	108.993.330,01	28.689.849,09	51.904.543,79	31
Ação Legislativa	165.444.975,00	165.444.975,00	7.663.877,81	108.993.330,01	28.689.849,09	51.904.543,79	31
<b>TOTAL</b>	165.444.975,00	165.444.975,00	7.663.877,81	108.993.330,01	28.689.849,09	51.904.543,79	31

Fontes:THEMA e FIPLAN –Gerência de Contabilidade/ALE

Obs: Valores sujeito a alterações.

**Dep. Jalsner Renier Padilha**  
 Presidente da ALE

**Gerson da Silva de Melo**  
 Diretor Financeiro

**Francisco Arnaud de Sousa**  
 Controlador Geral ALE/RR

**PODER LEGISLATIVO**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA**  
**FUNDO ESPECIAL DO PODER LEGISLATIVO - FUNESPLE**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
**ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A DEZEMBRO: 2015 / BIMESTRE: MARÇO—ABRIL/2015**

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, Inciso I, alíneas "a" e "b" do Inciso II e §1º - Anexo I)

R\$ (reais) 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ANUAL		RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a-c)
	INICIAL	ATUALIZADA (a)	No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS CORRENTES	60.000,00	60.000,00	—	—	—	—	60.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	60.000,00	60.000,00	—	—	—	—	60.000,00
Transferências Intragovernamentais	60.000,00	60.000,00	—	—	—	—	60.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	246.844,00	246.844,00	—	—	—	—	246.844,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	246.844,00	246.844,00	—	—	—	—	246.844,00
Transferências Intragovernamentais	246.844,00	246.844,00	—	—	—	—	246.844,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)	306.844,00	306.844,00	—	—	—	—	306.844,00
DÉFICIT (II)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (I) + (II)	306.844,00	306.844,00	—	—	—	—	306.844,00

DESPESAS	PREVISÃO ANUAL		DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (b-f)
	INICIAL (a)	ATUALIZADA (b)	No Bimestre (c)	Até o Bimestre(d)	No Bimestre (e)	Até o Bimestre ( f)	% ( f/b)	
DESPESAS CORRENTES	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00
Pessoal/Encargos Sociais	—	—	—	—	—	—	—	—
Outras Despesas Correntes	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	246.844,00	246.844,00	—	—	—	—	—	246.844,00
Investimentos	246.844,00	246.844,00	—	—	—	—	—	246.844,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (I)	306.844,00	306.844,00	—	—	—	—	—	306.844,00
SUPERÁVIT (II)	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (I) + (II)	306.844,00	306.844,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	306.844,00

Fontes:THEMA e FIPLAN –Gerência de Contabilidade/ALE

Obs: Valores sujeito a alterações.

**Dep. Jalsner Renier Padilha**  
 Presidente da ALE

**Gerson da Silva de Melo**  
 Diretor Financeiro

**Francisco Arnaud de Sousa**  
 Controlador Geral ALE/RR

**PODER LEGISLATIVO**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA**  
**FUNDO ESPECIAL DO PODER LEGISLATIVO - FUNESPLE**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
**ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A DEZEMBRO: 2015 / BIMESTRE: MARÇO – ABRIL/2015**

R\$ (reais) 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre (b)	Até o Bimestre (c)	No Bimestre (d)	Até o Bimestre (e)	% (e/total a)
LEGISLATIVA	306.844,00	306.844,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ação Legislativa	306.844,00	306.844,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	306.844,00	306.844,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fontes:THEMA e FIPLAN –Gerência de Contabilidade/ALE

Obs: Valores sujeito a alterações.

**Dep. Jalsner Renier Padilha**  
 Presidente da ALE

**Gerson da Silva de Melo**  
 Diretor Financeiro

**Francisco Arnaud de Sousa**  
 Controlador Geral ALE/RR

**ATAS PLENÁRIAS - ÍNTEGRA**

**ATA DA 2382ª SESSÃO, EM 07 DE ABRIL DE 2015.**  
**49º PERÍODO LEGISLATIVO DA 7ª LEGISLATURA.**  
 = ORDINÁRIA =

**PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JALSER RENIER**

As nove horas do dia sete de abril de dois mil e quinze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima trecentésima octogésima segunda Sessão Ordinária do quadragésimo nono período legislativo da sétima legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) – Convidou a Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** para atuar como Segunda-Secretária *ad hoc*.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário proceder à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro-Secretário (**Marcelo Cabral**) - Senhor Presidente, há quórum regimental.

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) - Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a Sessão.

Solicito à Senhora Segunda-Secretária proceder à leitura da Ata da Sessão anterior.

A Senhora Segunda-Secretária (**Lenir Veras**) – (Lida a Ata).

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior. Não havendo nenhum dos Senhores Deputados que queira discuti-la, coloco-a em votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis, permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário (**Marcelo Cabral**) - O Expediente consta do seguinte, Senhor Presidente:

**RECEBIDO DO PODER EXECUTIVO:**

- Ofício nº 383/15 de 06/04/15, da Casa Civil, encaminhando a Mensagem Governamental nº 014, de Veto Total ao Projeto de Lei nº 003/15 do Ministério Público de Contas.

- Ofício nº 415/15 de 30/03/15, do Gabinete da Casa Civil, encaminhando a Mensagem Governamental nº 13, de 27/03/15, indicando o Senhor José Raimundo Rodrigues para exercer o Cargo de Diretor-Presidente da Empresa Rádio e Televisão Difusora de Roraima – “Rádio Roraima”.

**RECEBIDOS DOS DEPUTADOS:**

Indicações nº de 31/03/15, da Deputada Lenir Rodrigues, solicitando a Inclusão do Cargo de Regente de Fanfarras nos Quadros da Lei Estadual 892 de 25/01/2013.

Requerimentos nº de 30/03/15, do Deputado Soldado Sampaio, requerendo que seja transformada em Audiência Pública a Sessão Ordinária do dia 16 de abril do corrente ano (quinta-feira).

Requerimento nº 001/15 de 31/03/15, do Deputado George Melo, Vice-Presidente da Comissão Especial Externa, solicitando prorrogação de prazo por igual período desta Comissão.

Memorandum nº 017/15, de 31/03/15, da Deputada Ângela A. Portela, comunicando sua ausência nas Sessões Plenárias dos dias 31.03.15 e 01.04.15.

**RECEBIDO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA:**

Ofício nº 036 de 24/03/15, do Tribunal de Justiça de Roraima-TJRR, agradecendo a todos os Deputados pela aprovação do Projeto de Lei Complementar 004/15.

**RECEBIDO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS:**

Ofício nº 065 de 24/03/15, Ministério Público de Contas- MPC/RR, encaminhando a Prestação de Contas do Exercício Financeiro de 2014 deste Ministério Público de Contas do Estado de Roraima.

**DIVERSOS:**

Ofício liquidante nº 003 de 31/03/15, do Banco do Estado de Roraima – BANER- informando a nomeação da Senhora Ana Ilza Silva Coelho, como Liquidante e Inventariante, conforme Decreto 067-P/15- DOE 2440.

Ofício nº 069 de 30/03/15, do Tribunal de Contas do Estado de Roraima, em resposta ao ofício GAB/MJ nº 044/15.

Ofício Circular nº 003 de 27/03/15, da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, informando que realizará reunião no dia 07/04/15 às 10h00min, na sala de reuniões do gabinete da SEJUC, para tratar da III Conferência Estadual de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT.

Ofício Circular nº 004 de 27/03/15, da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, solicitando a indicação de 01 (um) Titular e 01 (um) Suplente para o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher-CEDDIM.

Ofício nº 069 de 31/03/15, do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Roraima-SINTER, solicitando uma audiência pública junto à Comissão de Educação desta egrégia Casa.

Ofício nº 064 de 12/03/15, da Câmara Municipal de Vitória/ES, colocando-se à disposição para quaisquer tipos de parceria que porventura possa celebrar.

Senhor Presidente, era o que constava do Expediente.

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) – Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à chamada dos Oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário (**Marcelo Cabral**) – Senhor Presidente, temos três oradores inscritos para o Grande Expediente.

Os Senhores Deputados Evangelista Siqueira, Izaias Maia e Lenir Rodrigues.

O Senhor Deputado **Evangelista Siqueira** – Bom-dia, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, público que nos prestigia na manhã de hoje. Quero falar rapidamente, só para trazer esclarecimentos sobre o resultado da greve dos profissionais em educação do Estado. Foram 11 dias de greve, 09 deles letivos. Não vou me deter aos motivos que os levaram à greve, pois já é de conhecimento de todos por conta da divulgação da mídia e por conta do que eutrouxe e discuti neste plenário. Quero dizer que desde o início nos colocamos à disposição, na qualidade de Deputado, professor, profissional em educação para acompanhar esse movimento de greve e intermediar o debate. Sinto-me na responsabilidade, também, pois acredito que é responsabilidade de todos nós que promovemos um diálogo com todas as categorias, mas me senti, particularmente, responsável para mediar esse debate, trazê-lo à discussão e reflexão.

Primeiro, por ter participado de alguns movimentos de greve, por vir dessa luta por melhorias na educação, fazendo parte de movimentos sociais. Então, já participei de outros movimentos e entendo como ocorre o processo. Nesse processo de greve, tivemos vários momentos de conversa e algo que chamou minha atenção foi a disponibilidade da Governadora em discutir, pois em nenhum momento ela se negou em discutir com a categoria, sempre deixando as portas abertas para eu poder entrar, sentar e discutir. Tivemos três reuniões. Sentamos com a Chefe da Casa Civil que demonstrou que o canal de diálogo sempre esteve aberto. Promovemos reuniões em nosso gabinete com o comando de greve, para que a pauta fosse estabelecida, discutida sobre as prioridades, pois entendemos que não será possível, de imediato, a realização do todo, mas trouxemos para apresentar toda a demanda por ser uma responsabilidade do educador. Então, quando chegamos na questão do orçamento do Estado, lembramos que ainda estamos trabalhando com orçamento aprovado anteriormente, com suas limitações, chamamos os técnicos da SEPLAN, do IPER, porque algumas das questões postas na greve apresentaram um impacto financeiro. Então, para esclarecer e tirar as dúvidas de todos os envolvidos no processo, convidamos alguns técnicos para nos auxiliar. E, agora, quero agradecer ao senhor Enoque da SEPLAN, ao Senhor Ronaldo do IPER, que se mostraram dispostos a esclarecer as dúvidas. E, assim, fomos gerindo o movimento de greve, bem como, o canal de discussão e negociação. Nesse canal de discussão, algumas figuras também se fizeram importantes, e aqui vai meu agradecimento à nossa bancada. Obrigado pelo apoio neste momento de greve, de intermediação com a categoria, da qual faço parte e, em especial, ao nosso líder, Deputado Brito Bezerra, incansável, sempre disposto e habilidoso. Obrigado, Deputado Brito, por intermediar, por manter esse canal de negociação, mesmo não sendo da área de educação, ele entendeu e deu o seu apoio para nos ajudar, me sinto representado por Vossa Excelência.

Quero estender os meus agradecimentos, além da bancada, como um todo, aos meus parceiros de bloco, Deputado Oleno Matos e Deputado Sampaio, por estarem comigo nesta luta. Quero dizer que no dia 31, depois de uma reunião de quase quatro horas, juntamente com as partes envolvidas lá no Palácio Senador Hélio Campos, nós chegamos a um pré-acordo que seria apresentado à categoria. E, na tarde daquele dia, foi apresentado à categoria e aceito por ampla maioria. O acordo, que levou ao fim da greve, diz o seguinte: com relação à incorporação da GID, ficou acordado que será criada uma comissão mista e paritária para, em 90 dias, encaminhar à Assembleia um Projeto de Lei de Incorporação da GID, com efeitos imediatos aos aposentados e pensionistas, já calculado o impacto no IPER, e a partir da aprovação, em janeiro de 2016, para os demais professores. Com relação à atualização da Lei do Piso, que é importante, aquilo que é pago aos profissionais em educação no País e aquilo que é pago em nosso Estado, a comissão mista irá fazer um estudo de impacto financeiro para que seja inserido na previsão orçamentária de 2016, tendo como referência para pagamento do piso o mês de janeiro de 2016. Com relação às progressões, a vida profissional do trabalhador em educação, o Governo providenciará o pagamento das progressões horizontais e verticais, ou seja, aquele por tempo de serviço e aquela por grau de instrução, conforme análise e parecer das comissões que estão sendo formadas, com conclusão de pagamento dos retroativos até janeiro de 2016. Com relação à implantação dos PCCR dos técnicos em educação, será nomeada a comissão com a participação de três membros indicados pelo sindicato, com a previsão de conclusão e envio do Projeto de Lei para a Assembleia Legislativa até 30 de julho deste ano. Com relação ao calendário de pagamento dentro dos meses trabalhados, há um acordo que, para os meses terminados nos dias 30, o

pagamento será feito no próximo dia 01, e para os meses encerrados no dia 31, o pagamento será feito no mesmo dia 31. E, por parte do Governo, houve anúncio de concurso público que também é um anseio da categoria. Chegade seletivo, nós queremos é concurso público, porque isso normatiza a vida do Estado, estabelece parâmetros para a vida funcional do trabalhador. Então, o governo anunciou o concurso público para novembro de 2015 com os devidos estudos sobre as necessidades de quantitativo de profissionais. Enfim, estaremos atentos, pois a Governadora se comprometeu a cumprir todas as pautas de reivindicação. A Comissão de Educação, da qual faço parte, também estará atenta, tenho, pois, certeza de que não teremos problemas, porque já temos disponibilidade da boa vontade da Governadora em cumprir os acordos, e vou lutar para isso. Quem ganha é a educação, quem ganha são os profissionais e alunos. Quero dizer que continuo apoiando todas as categorias de trabalhadores, pois acho que a luta é sempre justa. Acredito que o Governo, agindo dessa forma, fará um bom trabalho pelo Estado. Agradeço a todos os envolvidos neste processo. Muito obrigado!

O Senhor Deputado **Izaías Maia** – Senhor Presidente, público presente, ontem eu dei uma notícia nos programas 40° e Barra Pesada, dizendo que as autoridades do Estado estavam sendo obrigadas à ir à justiça para não dar medicamentos às pessoas vítimas do câncer, que sofrem com a dor, com o desespero e com a certeza da morte. Ao mesmo tempo em que eu dei essa notícia, também disse assim: as autoridades podem recorrer, as autoridades podem lutar para não dar esse medicamento às pessoas com câncer, muitas delas em fase terminal, mas elas precisam do medicamento e não têm onde pedir, não tem ninguém para que possam recorrer, aí procuram o serviço público que tem a obrigação de dar os medicamentos às pessoas vítimas do câncer. Então, o pedido que faço aqui não é apenas aos Parlamentares aqui presentes, lembrando que todos somos pais, temos família e damos graça a Deus por estarmos aqui, mas isso não nos livra de, uma hora para outra, termos dentro da nossa família um ente querido com câncer em fase terminal. Se tivermos os recursos, conseguiremos o medicamento, se não tivermos, sofreremos desesperadamente como sofrem as pessoas que não têm a quem apelar nem onde pedir. O meu pedido não é só para esta Casa com todos os parlamentares unidos, mas para a sociedade e autoridades que têm o poder da caneta, que não façam isso de recorrer para não dar ou não doar o medicamento para as pessoas que têm o problema de câncer e que sofrem e muitas delas em fase terminal. Peço a Deus que consiga tocar no coração das autoridades que hoje comandam o Governo do Estado, da prefeitura e do país, para que tenham um pouco de amor aos seus semelhantes, que esqueçam um pouco o lado financeiro e façam de tudo para ajudarem essas pessoas, pois só sabe o valor de um medicamento para diminuir a dor do câncer, quem passa por este problema, a família que vê o seu ente querido sofrendo e morrendo aos poucos.

Então, o meu pedido é para que as autoridades facilitem a vida das pessoas que têm problemas com câncer, que precisam do medicamento e não têm para onde correr.

Quero pedir às autoridades que, ao invés de recorrerem na justiça para não dar esse medicamento, que Deus toque no coração delas para que não briguem na justiça, mas deem esse medicamento para as pessoas, porque ninguém sabe o dia de amanhã. O poderoso de hoje poderá sofrer com o câncer amanhã.

Outro pedido que eu gostaria de fazer é dizer à base governista, de um modo geral, que a saúde, a educação e a segurança são três pontos importantíssimos para o desenvolvimento de uma nação. Neste sentido, peço que nos unamos. É simples, o que está certo fica certo e o que errado fica errado e, portanto, não é aprovado. No meu caso, eu não tenho lado, o meu lado é a verdade e dentro do que está bom para o povo.

Então, gostaria de pedir que haja essa união para que a educação, a saúde e a segurança estejam amparadas pela política para melhorar a vida do povo, porque quando há divergências, quem se prejudica não é o Deputado, e sim o povo, e o povo não agüenta mais.

Aparte concedido à Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Senhor Deputado, me esclareça uma coisa, sobre a questão do medicamento do câncer foi feito em denúncia? Porque a medicação para o tratamento do câncer é administrada no hospital, não pode haver comercialização. Não sei de qual medicamento o Senhor está falando. Eu vi a matéria e fui me informar porque havia uma pessoa com problema de câncer e estava um pouco apavorada, pois na questão da quimioterapia não está havendo problemas, pode ser alguma medicação complementar para quando a pessoa parar o tratamento. A química não se vende, é medicamento de aplicação hospitalar.

O Senhor Deputado **Izaías Maia** continua – São os medicamentos que fazem o acompanhamento desse tratamento. Agora o problema, Senhora Deputada, é que nós sabemos que as três esferas do Governo, por algum motivo, às vezes, não têm condições de doar esse medicamento enquanto as pessoas vão morrendo. Aí fica a situação, você não pode comprar porque não tem o dinheiro e a pessoa que está morrendo precisa do medicamento e a última solução é a justiça, pois determinou que, de uma forma ou de outra, esse medicamento, esse acompanhamento médico tem que ser dado. Eu torço, particularmente, para que o Governo do Estado, comandado pela Senhora Suely Campos,

consiga se organizar e saia desse buraco de dois bilhões de reais, que segundo informações, saíram pelo ralo, para conseguir se organizar para que essas pessoas não sofram, não padeçam, não morram à míngua, principalmente, as pessoas que têm problemas de câncer. Então, quero pedir que Deus toque no coração das autoridades para que não briguem, não recorram à justiça para não darem essa medicação, mas que deem com amor, com prazer e com carinho, porque ninguém sabe o dia de amanhã. Outro assunto é que haja união para o bem do nosso povo, porque numa disputa política, só quem sofre é o povo. Muito obrigado.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Excelentíssimo Senhor Presidente, demais pares, quero cumprimentar a todos. Vim fazer um esclarecimento, pois li uma reportagem sobre transporte escolar. Vou fazer uma análise deste assunto, no período de 2008 a 2014.

Entre 2011 a 2013 fui gestora. E essa reportagem fala sobre o aumento dos veículos no transporte escolar, situação que quero ter a oportunidade de explicar para a sociedade e para os pais. Ocorre que até o ano de 2010, uma pick-up carregava vinte meninos com uma capota tipo pau-de-arara. Foi recebida pelo Estado, na Secretaria de Educação, uma recomendação tanto da Polícia Rodoviária Federal, do Ministério Público, bem como, do TSE, para que se cumprisse a legislação de não transportar crianças em carros com capotas. Nos lugares onde se carregava vinte crianças em carros com capota, a partir de 2011, foi necessário ter cinco carros para aqueles lugares, mesmo tendo redução do número de alunos e de rotas de transporte escolar. Algumas pessoas, de forma maldosa, publicaram essas análises sem saber a realidade. Só entre 2011 a 2013, foram criadas 34 novas escolas em locais de difícil acesso e por isso há necessidade de ter novos veículos. No inverno, o acesso é difícil, por isso as Kombis velhas foram substituídas por pick-ups novas, tracionadas, feitas não com registro de preço, mas com licitação pública, com pregão. Então, eu gostaria de aproveitar esta oportunidade para esclarecer à população que o transporte escolar é uma política pública importantíssima, pois nos locais de difícil acesso não existem nem carros da SESAU, quem socorre uma mulher grávida em trabalho de parto é o transporte escolar. Quem socorre um velhinho mordido de cobra é o transporte escolar, a criança em convulsão é socorrida pelo transporte escolar. Então, é uma política pública importantíssima que nós devemos honrar com os pagamentos, apesar de todas as dificuldades que o Estado tenha. Falei com o Deputado Brito, Líder do Governo, para que ele pudesse intermediar essa questão do transporte escolar com o governo. Não interessa se não houve aula, os empresários têm que pagar os motoristas, isto é, eles têm despesas e estão há 100 dias sem pagamento. Gostaria de contar com a sua colaboração como líder do Governo, para intermediar esse diálogo, pois essa política pública não pode estar ausente das localidades mais distantes, onde, Deputado Brito, as crianças têm que ir a pé, dificultando o acesso da criança à escola. Era o que eu tinha a dizer. Muito grata!

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** – Pede uma Questão de Ordem – Só para esclarecer, o Governo está ciente da Comissão e está auditando esse processo, essas notas, para provar que foram despesas de Governo. Portanto, têm que efetuar o pagamento. Já fiz essa intermediação com o Secretário Adjunto, Jules Rimer e alguns empresários que no momento estavam como representantes dos demais. Então, já está sendo feita essa intermediação, está sendo feita uma auditoria e nós vamos constatar porque triplicou o valor pago com transporte escolar.

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) – Neste momento, encerro o Grande Expediente, bem como, a Ordem do Dia, e vamos evoluir para a reunião de Comissão Geral que foi uma solicitação do Deputado George Melo, aceita pelo plenário e que foram convocados os Senhores: Januário Miranda Lacerda, Secretário de Estado e Segurança Pública; Comandante-Geral da Polícia Militar, Coronel João Lins dos Santos Filho; Doutor Jorge Fraxe, Presidente da OAB; e a Doutora Aidê Nazaré de Magalhães, Delegada Geral de Polícia Civil.

Convido para que faça parte da Mesa dos Trabalhos o Senhor Januário Miranda Lacerda, Secretário de Segurança Pública; o Comandante da Polícia Militar Coronel João Lins dos Santos Filho; o Senhor Jorge Fraxe, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil; Doutora Aidê Nazaré de Magalhães, Delegada Geral da Polícia Civil de Roraima.

Esta Presidência agradece a presença de Vossas Excelências nesta Casa, e neste momento passo a palavra ao Secretário Estadual de Segurança Pública, Senhor Januário Miranda Lacerda.

O Senhor Secretário Estadual de Segurança Pública (**Januário Miranda Lacerda**) – Bom-dia, Deputado Jalser Renier, em nome de quem cumprimento os demais membros da Mesa; Deputada Aurelina, em nome da qual, cumprimento os demais Deputados, em especial o meu colega de Defensoria, Doutor Oleno Matos.

É uma honra estar atendendo um pedido de vocês, para falarmos sobre o episódio que envolveu o Advogado Kairolcaro no 5° DP.

No ofício que me foi enviado está apenas a convocação para esclarecer o episódio, se não me engano, o fato ocorreu no dia 16 de maio. Após receber o ofício, reuni com o Comandante da Polícia Militar para me colocar a par do que estava acontecendo, eu também fui pego de surpresa, tanto quanto

qualquer cidadão roraimense que teve acesso àquelas imagens.

O Coronel Santos Filho, me informou que a Polícia Militar já tinha adotado todos os procedimentos que o caso requer, na expectativa de esclarecermos o que de fato ocorreu ali. Depois ele vai adentrar, de fato, no que ocorreu e no que está fazendo, mas as informações que a gente tem são só visuais sobre o ocorrido no 5º DP, mas infelizmente ele não grava áudio. Então, a gente não pode apurar sem ouvir as partes sobre o que de fato ocorreu. Porém, uma coisa é certa, enquanto nós estamos no exercício do mister público, seja Policial, Defensor Público, Juiz ou mesmo Deputado, nós não falamos pela nossa pessoa, quem está ali presente é figura do Estado, através do policial. A gente percebeu também que aquela situação fora atípica, porque a gente não tem um histórico na história da polícia militar de atritos por vias de fatos, envolvendo policial, advogados ou outro servidor público.

A gente recebeu esse episódio de forma triste porque não gostaríamos que tivesse acontecido, isso me fez refletir um pouco mais sobre algumas ações que nós precisamos implementar na Secretaria de Segurança Pública com relação a melhor orientar os nossos servidores, seja ele militar ou civil com relação aos direitos do estatuto do advogado e seus direitos inerentes, porque quando ele está no mister dele, está com uma atribuição constitucional na defesa do cidadão. Eu particularmente vejo isso com tristeza, mas, já tomamos as providências, através da Polícia Militar, para apuração dos fatos para elucidação da situação. Eu me coloco à disposição de vocês, no caso de quererem fazer alguma pergunta que eu possa esclarecer. Tanto a Delegada Geral quanto o Comandante da PM têm informação para passar. Desde já coloco-me à disposição de Vossas Excelências para dirimir dúvidas.

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) – Pergunto as Vossas Excelências se desejam fazer alguma pergunta endereçada ao Secretário de Segurança Pública. Em seguida iremos abrir aos demais membros da Mesa para que possamos evoluir o trabalho.

O Senhor Deputado **Jânio Xingú** – Cumprimento o Senhor Secretário de Estado, Januário, em nome do qual cumprimento os demais visitantes que compõem a mesa. Quero fazer uma pergunta muito simples, todos nós sabemos da fragilidade da Secretaria de Segurança há anos. As Polícias Militar e Polícia Civil têm sua autonomia e a Secretaria de Segurança fica com um pai que perdeu o comando dos filhos, às vezes não tem o poder de exercer todo o aparato de segurança para que as políticas públicas de segurança tenham um comando único. Essa é uma matéria que já vem sendo discutida há muito tempo nesta casa pelos Deputados Chagas, Sampaio e Jorge, que são Deputados vindos da segurança pública.

Com relação à agressão praticada contra o Advogado Kairo, eu quero deixar a título de sugestão isto que está acontecendo é muito bom! Essa pergunta é para o Comandante da Polícia Militar, o cidadão comum, aqueles que não têm nenhum tipo de proteção social, muitas das vezes, ele vê que um policial tem uma atitude inadequada, e vale ressaltar que isso é 0,5%, pois a grande maioria dos policiais civis de Roraima são homens e mulheres de bem, temos uma das melhores polícias do Brasil, mas não é porque temos uma das melhores polícias do Brasil que devemos fechar os olhos. Não podemos ver um operador do direito, um advogado, levar um soco na cara de um policial. Se um operador da lei passa por isso, imagine eu. Às vezes é preciso ter coragem para falar certas coisas! Eu vi um vídeo, mas não fui procurar saber se era verdade ou não, porque tem tanto vídeo no facebook que não corresponde à realidade, mas se aquilo for verdade, é uma maldade muito grande. Eu lembro que adentraram em uma casa e bateram em todos da casa, até o cachorro apanhou. A gente percebe que aquela família não tem nenhuma proteção, não tem a quem recorrer! E por força da natureza as pessoas têm medo quando falam, pensam que ainda vai ficar pior. Eu quero, Senhor Secretário, que Vossa Excelência leve até a Governadora essa mensagem, para que possa criar alguma coisa, como medida de proteção à sociedade, pode ser um departamento para acompanhar essas ações ou acompanhar a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia, para que esses casos não fiquem só no discurso. Quero aqui ressaltar o orgulho que eu e os roraimenses temos da Polícia Militar, porque você sabe que no restante do país a Polícia Militar tem feito muita coisa ruim, mas em Roraima temos uma polícia muito boa, caso desse tipo é raro, mas deve ser apurado para que não envergonhe a nossa polícia tão honrosa.

O Senhor Secretário Estadual de Segurança Pública (**Januário Miranda Lacerda**) – Em nome da Governadora Suely Campos, eu agradeço as palavras de Vossa Excelência. Realmente o que a gente observa é que esse fato é muito isolado, eu estou no Estado de Roraima há 12 anos, e é a primeira vez que a gente se depara com uma situação dessas podemos observar que é uma situação isolada. É importante lembrar, como Vossa Excelência colocou que temos uma polícia bem preparada, hoje quase todos os alunos que entram na polícia têm curso superior ou se não tem estão cursando. Então, temos uma qualificação muito boa e os cursos de formação que temos são cursos de qualidade que de fato prepara o soldado para ir ao frente. Com relação à sugestão, eu diria ao Senhor que a própria Secretaria e a Instituição Militar já têm departamentos que cuidam da proteção da sociedade. Temos na Secretaria o Departamento de Cidadania, estamos nos organizando agora para apresentarmos à sociedade um plano para

dar continuidade ao plano de segurança pública, iniciado em 2010, 2011. Nós queremos agora efetivar esse plano, de forma que possamos colher frutos, temos que melhorar esse plano, tem gargalos que precisamos resolver, com relação à infraestrutura da polícia civil, se nós fizermos uma visita aos nossos distritos policiais são locais insalubres, infelizmente. Então, nós recebemos essa unidade, estamos trabalhando, os demais Secretários que passaram pela pasta estavam fazendo um planejamento na perspectiva de reformar as delegacias. Estamos construindo o 3º DP, no bairro Santa Teresa; estamos construindo o 2º DP; estamos construindo o 1º DP onde era a Delegacia da Mulher, estamos dando continuidade a essas obras que foram iniciadas por outros Secretários. O 5º DP, é a delegacia que atende a maior população no Estado, é o que tem mais bairros para atender. Infelizmente, no final do ano passado perdemos a verba para a construção do 4º DP, estamos trabalhando junto ao Ministério da Justiça para ver se conseguimos recuperar essa verba. Estamos tendo uma resistência por parte do Ministério da Justiça porque a questão do quadro do 4º DP demonstra um pouco a falta de gestão que o Estado tinha para gerir esses recursos. A verba veio, passou mais de ano sem conseguirmos terminar o 4º DP. Então, no novo Governo estamos na perspectiva de construir essa obra em um prazo rápido. Ai sim, vamos poder oferecer uma melhor qualidade de ambiente de trabalho aos nossos policiais civis e, automaticamente, à população. Mas vou levar sua sugestão até a Governadora para melhorar esse sistema de proteção à sociedade.

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) – Gostaria de tornar mais objetiva a nossa audiência, vou fixar o tempo de 2 minutos para os Deputados fazerem suas perguntas e, em seguida, o Secretário responderá. Após passar a palavra ao Comandante da Polícia Militar para o seu pronunciamento, bem como, o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil e a Delegada-Geral da Polícia Civil.

O Senhor Deputado **George Melo** – Secretário Januário tenho duas perguntas a lhe fazer. Sei que sua história é de defesa, até porque é Defensor Público, como você vê a questão de um cidadão, quando vai a um local em busca de proteção é agredido? E a segunda pergunta é: como você vê as corregedorias independentes, por exemplo, a corregedoria dos bombeiros, a da Polícia Militar, Delegados e Polícias Civis. Quero que você coloque o seu ponto de vista: elas ajudam ou continuam da mesma forma?

O Senhor Secretário Estadual de Segurança Pública (**Januário Miranda Lacerda**) – Reportando-me ao episódio, vejo com muita tristeza. O Estado, representado pelo servidor, o Policial Militar, naquele momento ele não teve a tranquilidade de enfrentar a situação de forma ativa, de forma que todo cidadão, seja ele um advogado ou o conduzido, que tenha sido pego na cena do crime, pela dignidade que a pessoa humana merece respeito. Infelizmente aconteceu com um Advogado e deu toda essa notoriedade. A Gente tem conversado como comando sobre a perspectiva da gente treinar ou orientar, e isso a Academia tem feito. Quanto à questão do respeito à dignidade da pessoa humana, e aí vai um comentário. Além de defensor, eu já exerci a função de Delegado neste Estado, fui Delegado concursado da primeira turma, colega de profissão da Delegada Aidê, do Deputado Jorge Evertone demais colegas da Polícia Civil e Delegados com quem trabalhei lá. E eu entendo que o Estado tem que ser eficiente na investigação. Confissão à base de tortura, o processo é anulado. Quando eu era Delegado, a gente precisava demonstrar a nossa competência, investigar. Vamos atrás dos elementos, fazer a nossa investigação e depois apresentar o que nós investigamos para o juiz. O juiz é que vai tirar as suas conclusões. E no Brasil, infelizmente, o inquérito só é para acusar. Muitas vezes ele não proporciona a defesa. O cidadão só tem direito de defesa após o inquérito ir para o judiciário e o Juiz receber a denúncia. Então, já há um movimento no Brasil por parte de algum sindicato de Delegado na perspectiva de que o processo policial dê o direito de defesa àquele que está sendo acusado.

Sobre a primeira pergunta, eu vejo isso com tristeza, tanto a Secretaria de Segurança, dentro do meu limitado poder de atuação neste Caso, em uma conversa com o Comandante pedir informações para saber como é que nós vamos responder essas questões. A gente tem que conversar. E o órgão de corregedoria da Polícia Militar já está tomando as providências pra esclarecer os fatos. E então, a gente esclarecer a sociedade de Roraima o que de fato ocorreu ali. É um dever nosso darmos essa resposta.

Com relação à segunda pergunta sobre as corregedorias independentes, é difícil falar porque eu, enquanto cidadão, sou a favor, mas eu estou chegando agora para o sistema de segurança, o sistema já tem uma predição. Eu não posso chegar lá e impor as minhas ideias. Eu tenho que ir com o sistema de segurança, o Corpo de Bombeiros, a Polícia Militar e a Polícia Civil para construirmos isso junto. Se, é bom termos uma corregedoria independente. A gente observa que no Estado de Minas Gerais tem uma ouvidoria que investiga todos os tipos de abusos, seja ele do Policial Civil ou da Policial Militar. O Ouvidor tem mandato de dois anos. Ele é apresentado para o Governador que faz a nomeação e ele tem autonomia para atuar. Eu confesso ao Senhor, Deputado Jorge, que eu, enquanto instituição, porque aqui eu não falo pela pessoa do Januário Lacerda, nós precisamos construir isso junto. Eu, com todo o sistema de segurança. Não é porque sou Secretário que eu devo impor as minhas ideias e os

meus pensamentos. A gente precisa construir isso junto. Confesso aos Senhores que não tivemos esse diálogo, nem com o Comandante nem com a Delegada-Geral. Mas é uma das nossas propostas para darmos respostas à criminalidade. É um assunto importante, acho que esta Casa pode puxar esse debate também porque a alteração da lei vai passar por aqui. De repente, a gente pode comentar esse debate na perspectiva de a gente formar uma opinião que seja boa para a sociedade. Corregedoria ou ouvidoria independente não pode ser bom para a instituição, ela tem que ser boa para a sociedade, porque nós trabalhamos para a sociedade. Então, eu vejo dessa forma. Enquanto Secretaria, nós não discutimos isso ainda, mas estamos buscando o momento adequado para conversarmos sobre esse tema. Por enquanto, Januário Lacerda, Defensor Público, cidadão. Eu sou a favor das corregedorias independentes.

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) – Deputado Oleno Matos com o tempo de dois minutos para fazer a sua pergunta. Lembrando aos Senhores Deputados que a pergunta é direcionada ao Secretário de Segurança porque nós ainda vamos ouvir a Polícia Militar, a OAB e também a delegada geral.

O Senhor Deputado **Oleno Matos** – Doutor Januário, Secretário de Segurança, vou aproveitar os dois minutos para fazer uma reflexão e fazer uma ou duas perguntas. Nos últimos dias nós verificamos um aumento bem claro no número de prisões em nosso Estado. Isso, eu acredito, se deve à grande atuação das Polícias Civil e Militar, principalmente no que diz respeito ao tráfico de drogas. Quase todos os dias nós nos deparamos com prisões, inclusive, de famílias inteiras praticando o tráfico. E parabéns pela atuação, mas isso traz um reflexo imediato. O Estado de Roraima talvez seja um dos poucos que, na última década, não enfrenta um crescimento da população carcerária. Há praticamente quase que um empate de quem sai e de quem entra. E eu tenho sentido que, ao longo dos últimos dois meses, a gente caminha para atingir o outro ponto da curva. O Estado começa a prender mais pessoas e efetivamente tirar no dia a dia. Trago essa reflexão para a gente analisar a polícia na melhoria de todo um sistema.

Doutor Januário, a gente sabe que foi feito um trabalho tanto pela Secretaria de Segurança quanto pela Delegacia Geral com relação à alteração do horário de funcionamento das delegacias. Aqui na capital, o funcionamento é normal até às 18 horas. Posterior a isso, salvo engano, atuando como plantão. A minha pergunta é: o interior? Ontem nós tivemos informação de que no interior este funcionamento ainda não estava acontecendo. Eu gostaria que o Senhor, se for da sua alçada, esclarecer essa situação para a gente.

Com relação à construção e reformas das delegacias, o Senhor já prestou esclarecimentos. E por fim, o senhor tem alguma ideia de um novo concurso para a polícia civil?

O Senhor Secretário de Segurança Pública (**Januário Lacerda**) – A primeira pergunta do Senhor, quando fala sobre os horários de funcionamento, eu vou deixar para a Delegada-Geral responder, porque ela comandou todo esse planejamento. Apesar de estar na Secretaria, mas vou deixar para ela responder.

Com relação à construção dos DP, a gente está aí junto com o Secretário Flamarion numa corrida para a gente atender algumas reivindicações que foram feitas pelo Calha Norte, pelo Ministério da Justiça para a gente destravar alguns pontos que faltavam para concluir essas obras.

Com relação ao concurso, na realidade, a gente precisa, só para vocês terem uma ideia, nós estamos com aproximadamente oito peritos, mas tem vagas para trinta. São vinte e poucos peritos, mas no plantão nós temos seis atuando. Por isso que aqui se depara com essa notícia ruim que atrasamos para investigar o local de crime, fazer a coleta do corpo. É como o Senhor colocou o Estado não investe no sistema prisional e também não investiu nos institutos, infelizmente. E a nossa realidade é que a Segurança Pública ou Sistema Prisional o Estado só consegue investir com o dinheiro de convênios. Por isso é que nós temos que demonstrar capacidade técnica de gestão dos convênios para que estejamos aptos a buscar novos convênios. E, infelizmente, como não temos no Ministério da Justiça e no Ministério da Defesa, fica o Estado de Roraima mal visto; é visto como maus gestores. No ano passado, devolveram mais de três milhões de reais. Este ano, como o 4º DP perdeu o seu prazo de fazer algumas etapas, nós vamos ter que devolver o dinheiro do DP e de outros convênios que não foram executados. Então, só agora, nós vamos devolver aproximadamente três milhões de reais, dinheiro que está no caixa, mas como o Estado não teve a gestão dos convênios, não fez a licitação, não pediu prorrogação de contrato, que é a coisa mais elementar para quem está executando o convênio, eu sei quando o meu problema vai interromper. Mas antes de terminar o prazo tem que pedir a prorrogação. Então, nós perdemos convênio por falta de mandar um ofício pedindo a prorrogação no 4º DP. Enfim, nós estamos buscando essas ações de forma a otimizar isso.

Com relação ao concurso, nós temos defasagem de agentes, de escrivão, de peritos, médicos legistas. Hoje nós temos menos de 50% de escrivães que tomaram posse em 2004. Eu acho que o que mais os delegados sentem na pele hoje é falta de escrivão, que é o braço direito do delegado. Mas a gente está trabalhando nisso aí. Já pedi levantamento na Secretaria de Segurança. E também a conversa que a gente já está programando com a Delegada-Geral é para fazer um levantamento para já programarmos o próximo concurso para a Polícia Civil.

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) – Eu queria informar aos Senhores Deputados que, por sugestão do Deputado Naldo, até por um erro da condução de nosso trabalho eu gostaria de passar a palavra para o Presidente da OAB, em seguida ao Comandante da Polícia Militar, depois à Delegada-Geral a Polícia Civil, para as suas explanações, e assim os Deputados evoluiriam com as suas perguntas direcionadas aos integrantes da Mesa.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** pede Questão de Ordem. – Eu só gostaria deixar claro que o requerimento proposto, se não me engano, pelo Deputado Jorge e o Deputado George Melo que tinham dois objetivos: primeiro, para fazermos uma discussão sobre o sistema de segurança pública no Estado, ouvir por parte do comando da PM, do bombeiro, do DETRAN, todos os órgãos de segurança, o planejamento para a Segurança Pública como um todo. O segundo objetivo, discutir o caso ocorrido no 5º DP, envolvendo uma guarnição da Polícia Militar e de um advogado, naquele momento, exercendo sua função. Nós votamos em plenário, até porque esse outro assunto já havia sido acordado e discutido na comissão de segurança. Nós temos muito o que discutir: temos a penitenciária, o concurso, ações por parte das corporações. Eu queria pedir a Vossa Excelência que a gente conduzisse os trabalhos em cima do requerimento que foi aprovado, é exatamente sobre o fato ocorrido no 5º DP, para que pudéssemos conduzi-lo para chegarmos a um ponto em comum. Peço, pois, que a gente possa conduzir nesse sentido.

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) – Passo a palavra ao Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil.

O Senhor Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (**Jorge Fraxe**) – Querida, inicialmente, cumprimentar todos os Deputados, na pessoa do Presidente Jalser Renier. Cumprimentar os Secretários presentes, inclusive, a Doutora Lenir. Em uma fala muito rápida, Senhor Presidente, a ideia da ordem em vir a esta audiência é no sentido de discutir, de maneira ampla, a defesa do advogado, quando do exercício da advocacia no âmbito do Poder Público. Seja em delegacia; seja nas corregedorias de polícias; seja nos fóruns ou nos ambientes mais variados. Nós temos aqui, especificamente, uma discussão no sistema de segurança. E nós pretendemos também, se há no Governo do Estado, buscarmos com os representantes da estrutura de segurança do Estado uma discussão lá na OAB. Mas, evidentemente, não poderia me furtar de participar de tão importante discussão feita no âmbito da Assembleia Legislativa a discussão de garantir, baseada em uma lei federal, que é o nosso estatuto. Uma lei que garante a presença do advogado em todo o ambiente da estrutura judiciária e da estrutura de segurança quando do exercício da advocacia. Nós pensamos em fazer essa conscientização e buscar dentro das corporações o aperfeiçoamento no sentido de entender como é importante essa garantia ao advogado, que não é uma garantia dele e sim a garantia do cidadão, para ter a melhor defesa. Ouvi a fala do Doutor Januário no sentido do inquérito, que provavelmente, deixará de ser inquisitorial. Já há projetos do Senador Romero Jucá e alguns outros projetos no sentido da obrigatoriedade em ajudar o advogado no âmbito do inquérito policial. Naquele momento, é que nasce de uma acusação estatal. E evidentemente que ele precisa ter essa proteção, que será exercida através do advogado.

O caso do advogado Kairo é emblemático, mas tenho dito que faremos uma causa de defesa da prerrogativa. Defesa de prerrogativa é defesa de cidadania. É ter ali naquele momento em que o cidadão recebe uma acusação por parte do Estado toda essa teia de proteção para que ele possa ter o direito ao contraditório, para que ele possa ter naquele momento, mesmo de forma precária, em nível de delegacia, uma defesa em procedimentos do advogado em razão de seu cliente. Então, é o que precisamos discutir. Nós não vamos nos ater somente ao caso do Kairo. Nós tomamos medida em nível de Corregedoria da PM. Tomamos medida em nível de Promotoria de Justiça, Procuradoria de Justiça. Tomaremos outras medidas no âmbito administrativo. Já aprovamos o desagravo, que é um ato interno da classe dos advogados, externado no sentido de manifestação da sociedade daquilo que temos como defesa. Então é uma série de defesas que fazemos em razão da estruturação de exercício dessas prerrogativas, que é um exercício de cidadania.

Então, é nesse sentido que a gente volta a esta Casa. É muito salutar essa discussão e precisamos fazer reflexão daquilo que pretendemos oferecer ao nosso cidadão como segurança. Uma segurança apenas de botina e de fuzil na mão ou um segurança preventiva que possa ser respeitosa. O de PM, ou qualquer outra estrutura de segurança não pode deixar levar por um ato de quem esteja sendo preso. Ele tem que ter controle nas suas ações. E é isso que nós pretendemos discutir com a estrutura de segurança do Estado. Nós vamos oficializar a Governadora. Estamos tomando algumas providências no sentido de discutirmos a estrutura de segurança junto com o Poder Executivo, que tem a maior estrutura. A outra estrutura de segurança que temos na guarda municipal, uma estrutura menor com o município. Mas, a estrutura de maior relevância é aquela que efetivamente está no dia a dia a nos proteger de uma maneira muito mais forte que a estrutura do Estado. Então, é a nossa percepção de termos nossa defesa, mas, acima de tudo, nós temos que buscar essa requalificação, como colocou o Deputado Sampaio na última vez que esteve nesta Casa: Buscar esse aperfeiçoamento, nos cursos de conhecimento do estatuto. Essa cidadania

precisa ser renovada todos os dias junto com a estrutura de segurança. São essas as nossas palavras por enquanto. Muito obrigado!

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) – Obrigado, doutor Jorge. Eu quero pedir desculpas por problemas técnicos em nossos microfones. Passo a palavra agora ao Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado de Roraima para fazer uso da palavra.

O Senhor Comandante Geral da Polícia Militar do Estado de Roraima (**Coronel Santos Filho**) – Excelentíssimo Senhor Presidente desta Casa, Deputado Jalser Renier, na pessoa de quem cumprimento todos os integrantes desta Mesa e todos os parlamentares que aqui se encontram. Ilustríssimo Senhor Coronel Damasceno, Subcomandante-Geral da Polícia Militar, em nome de quem cumprimento todos os Policiais Militares aqui presentes, bem como, as demais pessoas que aqui assistem a esta Sessão.

Gostaria Senhor Presidente, em primeiro momento, agradecer a Vossa Excelência, juntamente com os demais Deputados, a oportunidade de vir até esta Sessão esclarecer fatos que ocorreram de forma que toda a população tenha conhecimento mais claro do que houve e o que a Polícia Militar fez em relação ao caso. Coloco-me à disposição de todos para os esclarecimentos. Antes de qualquer questionamento quero dizer que o Comando da Polícia Militar, diferente daquilo que alguns pensam equivocadamente, não tem o senso de corporativismo. A partir da pessoa do Comandante-Geral, aqueles fatos, todos e quaisquer fatos irregulares cometidos por qualquer dos policiais que integram a nossa corporação são devidamente apurados. E, como estabelece a regra do bom direito, é dado àqueles que estão sendo acusados, aqueles Policiais Militares, o direito à sua ampla defesa contraditório. E uma vez que se chegue à conclusão, a partir do termo do procedimento, são adotadas as medidas que cada caso requer. As medidas que vão de sanções mais leves a sanções mais graves, inclusive, a exclusão de policial dos quadros da corporação.

Gostaria de mencionar a Vossa Excelência e aos demais que, em pouco mais de 90 dias de comando, já foram excluídos três Policiais Militares que, em nosso entendimento, agiram de forma não compatível com a sua posição de Policial Militar. Então, gostaria de esclarecer isso para que ficasse dirimida qualquer dúvida a respeito. Coloco-me à disposição de Vossas Excelências para esclarecimentos que julgarem necessários.

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) – Gostaria, neste momento, passar a palavra à Doutora Aidê Nazaré de Magalhães, Delegada-Geral da Polícia Civil, para fazer uso da palavra.

A Senhora Delegada-Geral da Polícia Civil, Doutora (**Aidê Magalhães**) – Bom-dia a todos. Quero cumprimentar o Presidente da Casa, Deputado Jalser, Deputada Lenir Rodrigues, nossos colegas convocados e demais colegas Deputados, Mecias de Jesus, Gabriel Picanço, o nobre colega Odilon, Deputada Aurelina, meu colega Oleno, Deputados Brito, Soldado Sampaio. Desculpa não saber o nome de todos.

Senhoras e Senhores, fui convocada por esta Casa para dar alguns esclarecimentos. É uma satisfação estar aqui para fazer os devidos esclarecimentos, conforme ofício que eu recebi tratar-se do episódio ocorrido na central de flagrante da Polícia Civil, localizado nas dependências do 5º DP, no Distrito Industrial.

No dia 19 de março, por volta das 23h45min, a polícia militar conduziu até aquela central de flagrantes um suspeito de crime de embriaguez ao volante. Para quem não conhece a dinâmica daquela central informo aos Senhores que, dos 10 anos e meio na Polícia Civil, quase seis eu estive atuando em plantão.

Quem chega naquela central vai encontrar um balcão com acesso ao lado, é justamente aonde se recebe a ocorrência policial que vem do local do crime. Então, a Polícia Civil está naquele momento para fazer essa recepção. Quem conhece um pouco aquela dinâmica, vai perceber que existe um local adequado para a confecção do relatório policial pela guarnição que está conduzindo o suspeito, polícia militar, guarda municipal, polícia rodoviária federal e outros. Então, a ocorrência chega naquela central, onde a guarnição vai confeccionar o relatório juntamente com o conduzido. Porém até a finalização do relatório, o conduzido é custodiado pela guarnição que está ali para entregar aquela ocorrência.

É lamentável não só este caso em questão. Temos alguns outros parecidos, mas que não é a grande maioria.

O que ocorreu naquela dependência? Havia naquele momento um delegado de plantão, para receber a ocorrência, então vai formar a sua convicção, quando se inteira dos fatos relatados e tomar os procedimentos que julgar adequados, verificará presença de crime ou não, bem como, o tipo de crime. Se é de um maior potencial ofensivo ou não.

Em relação ao ocorrido naquele dia, eu não pude trazer, e quem deveria estar aqui para prestar maiores esclarecimentos detalhado, era o delegado plantonista que se encontra de férias, mas tão logo ele retorne dessas férias, ele estará à disposição desta Casa para esclarecimentos mais detalhados.

Então, aquele incidente que não se pode negar pelas imagens, não tem o áudio. Mas segundo relatório da Polícia Militar, quando chegou com o

custodiado adentraram dois rapazes que foram direto àquele conduzido, que era suspeito do crime de embriaguez ao volante. O referido cidadão, segundo o relato dos policiais militares que estavam no local do crime, se apresentava armado de um punhal e tentou agredir a guarnição, sendo para isso necessário ser lavrado um auto de resistência e o uso das algemas para a condução até aquela central.

Então, naquele momento, segundo o policial militar, ele pediu para que o rapaz se identificasse, mas o rapaz, de uma maneira ostensiva, puxou a carteira da OAB e colocou afrontosamente na face do policial, foi quando houve aquela reação lamentável.

Quero dizer também, que as imagens divulgadas pertencem à polícia civil que trabalha com o sigilo, mas nos fomos solicitados pela OAB que entregássemos esse vídeo, e a polícia civil, no mesmo instante, atendeu a solicitação. A divulgação já não diz respeito à polícia Civil. O Delegado plantonista daquele dia adotou o procedimento, a atuação da prisão em flagrante daquele conduzido que, por sinal, também, faz parte do quadro da OAB. É advogado. E fez a prisão em flagrante delito, afiançou o crime em três mil reais. Seguido, no mesmo relatório, a descrição de desacato e da desobediência sofrida por parte dos policiais militares. O delegado entendeu ser cabível um termo de ocorrência circunstanciado por desacato e desobediência, que também foi lavrado. Eu tenho aqui as cópias. Isso, de forma geral, foi o que aconteceu. No dia seguinte, nós fornecemos o vídeo para a OAB, também o ofendido registrou um boletim de ocorrência por agressão física. Ele também foi submetido, como todos, ao exame de corpo de delito. Esses são os fatos.

De qualquer forma, Senhor Presidente, eu tomei o cuidado de oficializar, e vou protocolar na Casa esses esclarecimentos de forma oficiosa.

Então, aqui estou à disposição, mais uma vez, de Vossas Excelências para as perguntas que eu puder esclarecer. Muito obrigado.

O Senhor Comandante-Geral da Polícia Militar (**Coronel Santos Filhos**) – Presidente peço permissão para eu complementar o que foi relatado pela Delegada-Geral e mencionar que a ocorrência amplamente divulgada por meio de vídeo que circulou essa já foi uma segunda ocorrência, a partir de uma primeira, cujo desfecho foi considerado normal. Houve um primeiro acionamento das guarnições da Polícia Militar em relação a um cidadão que aparentemente embriagado, ziguezagueava colocando em risco a sua vida e a de terceiros nas proximidades do Parque Anauá.

Esse cidadão foi abordado pela guarnição da Polícia Militar e constatou-se naquele momento que havia indícios de ingestão de bebida alcoólica. Foram realizados todos os procedimentos em relação àquela situação, o cidadão, naquele momento, mencionou ser um advogado, foram acionados os dois oficiais que estavam de serviço, inclusive, para acompanhar a ocorrência, enfim. Mas, o que se tem registrado com base no relato pelos oficiais, transcorreu dentro da normalidade, vamos dizer assim. A priori chegou essa informação também, inclusive o objeto foi apreendido. Esse cidadão portava uma arma branca, um punhal que teria a priori investido contra a guarnição. Aquele objeto foi retirado dele e o cidadão foi conduzido.

Chegando à Delegacia, os procedimentos normais, confecção do relatório de ocorrência policial para entrega ao policial que se encontrava de plantão naquele momento. Iniciada a confecção do relatório, questão de alguns minutos surge duas pessoas dentre elas um rapaz que se identificou como sendo o advogado do conduzido. Então, o que ocorre? Conversamos com a guarnição, foi mencionado pela Senhora Delegada-Geral o que foi falado por eles, os dois policiais, que se envolveram diretamente na ocorrência, mencionando exatamente os fatos que foram citados pela Senhora Delegada-Geral.

Em razão do vídeo que foi divulgado, houve piada por parte daqueles que assistem que caracteriza a tendência de se fazer um julgamento prévio da situação, como bem mencionou a Delegada, nesse vídeo, nós não temos o áudio. Não se sabe realmente o que houve o que motivou aquela reação do policial militar. Não estou aqui defendendo as agressões que ocorreram, mas penso não ser prudente fazermos um julgamento sem uma apuração concreta do fato. O que levou aquele policial agir daquela forma. Às vezes, colocações são feitas em relação à nossa condição de policial militar como se nós fôssemos pessoas de outro mundo, de outro planeta, não cidadãos comuns, que têm seus problemas, suas dificuldades, sofrem os mesmos problemas que um cidadão comum. Repito, não estou aqui fazendo defesa de um procedimento regular, procedimento que está sendo apurado. Mas eu gostaria de deixar claro isso, o fato, a agressão, aquilo que se vê no vídeo, é insuficiente para que nós façamos um juízo de valor. Há que se apurar devidamente o fato em si. Todas as circunstâncias, inclusive, o áudio que ficou prejudicado, há de se verificar o que de fato ocorreu ali.

Gostaria de corroborar, porque já foi falado pelo secretário, também, uma situação totalmente atípica de acordo com que o nosso procedimento no dia a dia, um fato isolado, infelizmente por ter ocorrido, nos entristece como Comandante da Instituição e representante de todos os demais policiais militares, que fazem o melhor possível, com inúmeras dificuldades, mas com o sentimento de cumprir da melhor forma aquilo que é a sua atribuição.

Não foi dirigida a mim, a pergunta feita pelo Senhor Deputado Xingú, em relação a procedimentos de policiais. O Senhor mencionou na sua

fala a questão de fechar os olhos, pelo que eu entendi, para eventuais atitudes regulares. Eu gostaria de confirmar ao Senhor que não é procedimento do Comando da Corporação. Não é atitude do Comando da Corporação fechar os olhos às irregularidades, como eu mencionei no início. Nós apuramos, sancionamos, inclusive com a sanção mais grave, que é a exclusão do quadro da corporação. Para nós não interessam maus policiais. Da mesma forma que a Ordem dos Advogados do Brasil defende o cidadão, defende a cidadania, a Polícia Militar está no dia a dia na defesa do cidadão. Essa é a nossa missão e nós a cumprimos da melhor forma possível. Eventuais problemas, eventuais situações irregulares cometidas, são apuradas com devido rigor que é uma prática comum da nossa Instituição.

Foi falado pelo Deputado George Melo a questão da dignidade da pessoa humana, exatamente. São coisa que nós observamos também, Senhor Presidente, e o policial militar também se enquadra nessa condição. Tanto a pessoa que foi agredida tem a sua dignidade, como o policial também. Na nossa formação, nós somos condicionados a suportar as diversas agressões verbais, não verbais, físicas, agressões de toda ordem. Acredito que uma minoria, talvez nenhum dos Senhores, que não são policiais militares, não suportaria no exercício da sua atividade receber uma cusparada no rosto, mas agir de acordo com o que a lei determina. Não quero justificar eventuais atitudes fora daquilo que é normal. Estou relatando para os Senhores, para as senhoras aqui presentes, aquilo que é o nosso dia a dia. Coisas que nós temos que suportar e trabalhar no estrito dever legal, no estrito daquilo que a lei estabelece. E assim é a nossa rotina, eventuais problemas que infelizmente ocorrem por conta desta nossa condição de ser humano também. E mais uma vez, reitero: não quero defender aqui atitudes que fujam do normal, irregularidades cometidas. De maneira nenhuma.

Mencionei também que, na condição de respeito à dignidade da pessoa humana, convém que seja dado aos acusados o direito à ampla defesa, o direito ao contraditório. Uma imagem pode dizer algumas coisas, mas não diz tudo. Então, há que se apurar com profundidade e uma vez que se identifique o que realmente ocorreu não tem justificativa, aqueles que cometeram irregularidades serão sancionados. À luz da lei, que nós chamamos de Estatuto, nosso código de ética, a luz que determina a lei, será sancionado todo o policial que não observar esses preceitos. Isso é fato, e é assim que tem ocorrido.

Então, Senhor Deputado George Melo, com sua permissão, gostaria de dizer que nós policiais militares somos também seres humanos, como mencionei, sujeitos às mesmas fraquezas, às mesmas falhas. Procedimento irregular visto naquelas imagens nos estranhece como instituição, como policiais militares, mas requer de nós uma reflexão sobre o que realmente ocorreu.

O Senhor fez menção também em relação às corregedorias independentes, se não seria melhor? Eu confesso ao Senhor que a nossa corregedoria em que pese dificuldades estruturais, materiais, não tem deixado de fazer o seu trabalho. Como mencionei a pouco, pouco mais de 90 dias, três policiais militares foram expulsos da instituição e outros mais virão, os procedimentos estão sendo feitos. E, uma vez que se julgue que tem ou tiveram conduta incompatível com a sua condição de policial militar, não ficarão no quadro da instituição. A nossa sociedade não precisa de pessoas assim. A Polícia Militar rejeita, repudia qualquer policial militar que não tenha uma conduta compatível com a sua condição. Como mencionei, nós, a exemplo da OAB que luta pelo direito do cidadão, da cidadania, nós também temos esse papel. Estamos no embate no dia a dia, com os mais diversos problemas, para ajudar a sociedade, para cumprir a nossa tarefa como é a nossa obrigação. Cumprir realmente a nossa missão como instituição.

Agradeço Senhor Presidente, a oportunidade de falar.

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) – Agora sim está liberado para os Senhores Deputados.

Com a palavra o Senhor Deputado Jorge Everton.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Senhor Presidente, senhores membros da mesa. Gostaria de cumprimentar o nosso Secretário de Segurança Pública, Doutor Januário Lacerda, o qual foi meu colega na academia de polícia, cumprimentar o Coronel Santos Filho, brilhante pronunciamento; Delegada-Geral Aidê, minha colega; Doutor Jorge Fraxe, um grande amigo, respeito bastante seu trabalho, parabênize a sua atuação frente à OAB. Sinto orgulho de ter um cidadão com a sua competência e sua coragem, trabalhando à frente da OAB. Sinto-me protegido com relação à garantia dos direitos constitucionais que todo cidadão precisa ter preservado. Um grande abraço.

Presidente fico até triste de ter só dois minutos, tenho tanto assunto para tratar como conhecedor da área de segurança pública, minha vida toda foi na área de segurança pública, sinto orgulho de ter sido Agente de Polícia, ter sido escrivão, delegado, diretor do sistema prisional, ter passado como diretor presidente do DETRAN, antes de concorrer ao cargo de Deputado, eu estava como Delegado-Geral.

Então, diante de tantos assuntos, dois minutos não vão ser suficientes. Eu conversei com os Deputados Sampaio, Valdenir e Odilon que concordam termos vários assuntos que gostaríamos de discutir. A Comissão de Segurança Pública, a qual presido, gostaria de antemão combinar com os Senhores, como

já fizemos como Secretário de Justiça e Cidadania, um agendamento para que possamos debater assuntos que realmente resolvam os problemas da segurança pública, e que nos permitam elaborar leis para PM, para a Polícia Civil, também, para o Corpo de Bombeiros, cujo comandante, também convidaremos. Nós, da Comissão, escolhemos umas datas para ouvirmos Vossas Excelências. Gostaria de saber se vocês concordam com as datas escolhidas por esta Comissão. No dia 15 de abril ouviríamos o senhor Secretário de Segurança Pública; no dia 22 o Comandante-Geral da PM, Coronel Santos Filho; e no dia 06 de maio a Delegada-Geral Aidê. Por isso, gostaria de saber se as datas estão adequadas aos senhores, caso contrário, poderemos alterar. Essa discussão na comissão é importante. Após os debates, traremos para o plenário para conhecimento de todos os Deputados.

Quero, porém, fazer algumas ponderações rápidas, meu tempo está acabando. Com relação às corregedorias independentes, como foi dito aqui, têm que ser independentes, mas tem que se formadas por membros da instituição. A corregedoria da Polícia Civil tem colocado diversos procedimentos para andar contra policiais que cometem irregularidades, inclusive punindo com demissões. A Polícia Militar da mesma forma. Agora, eu não concordo que membros de outras instituições façam parte da corregedoria. Afinal de contas, nós podemos fazer parte da corregedoria da Defensoria Pública? Nós podemos fazer parte da Corregedoria do Ministério Público? Não. Não podemos. Então, eu respeito. Agora, se caso a corregedoria for omissa, aí sim. Aí tem que ter o acompanhamento da OAB para que a gente possa punir quem praticou qualquer irregularidade em nível de corregedoria.

Com relação ao caso do advogado, já falei com o Doutor Jorge, eu defendo o direito do advogado, é indiscutível, acho que todos aqui defendemos, mas não podemos fazer um tribunal de exceção. É como o Coronel falou, nós temos que dar oportunidade do contraditório, à ampla defesa, o Doutor Jorge já havia conversado comigo, concorda. O policial enquanto reage sob o calor da emoção, aqui nós estamos friamente discutindo o assunto em tese. A gente precisa levar pra que o policial apresente os seus argumentos.

Concurso público nós vamos discutir na comissão.

Então, acabou meu tempo, mas quero informar, Senhor Presidente, que o secretário Pizzolatti esteve aqui hoje e já agendou para amanhã para ser ouvido na Comissão de Administração a qual eu presido, às 15hs.

Então, ao final combinaremos as datas para as audiências dentro da comissão. Muito obrigado pela tolerância, Presidente.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Senhor Presidente, senhoras e senhores Deputados, bom-dia. Senhor Secretário de Segurança, Doutor Januário; Comandante da Polícia Militar, Coronel Santos Filho; Delegada-Geral Doutora Aidê; Presidente da OAB, Doutor Jorge Fraxe e todos aqui presentes, meu cordial bom-dia. Eu me pronunciei anteriormente sobre esse fato, votei pela convocação dos senhores até para ter a oportunidade de maiores esclarecimentos. Talvez naquele momento já tivesse boa parte das informações sobre o fato, mas, nem todos os deputados tiveram acesso a elas e muito menos parte da população tinha essas informações. Naquele momento, deixei claro que a importância da OAB para a democracia é enorme, pois a OAB é um dos pilares da democracia neste país, como também é incomensurável o papel da polícia militar e das forças policiais como um todo para a segurança pública do estado. Então, cada qual tem seu papel, são cristalinas as atribuições e prerrogativas de cada uma dessas instituições. Não tem margem para conflito, portanto não tenho nenhuma preocupação no sentido de não apurarem com lisura esse fato. Agora, me preocupou muito o fato de usar a palavra punir, acredito que devemos deixar a palavra punir de lado e começar a trabalhar com a palavra apurar, esse é o nosso pedido, vamos apurar os fatos. As polícias têm suas corregedorias e suas normas para isso, a OAB tem o mecanismo suficiente para acompanhar isso de perto e levar até outros órgãos caso não contemple com resultados a apuração interna nas corporações. Mas, acima de tudo, acreditamos que esse foi um fato isolado. Um caso isolado que ocorreu assim como já havia ocorrido outroparecido, envolvendo um Deputado e uma guarnição da polícia militar. Tratamos essa questão aqui dentro, o Doutor Erci, corregedor à época, procurou resolver com a maior isenção possível e houve uma apuração dentro da Polícia Militar, dentro da Assembleia e, ao final, deram razão a quem tinha razão naquele momento. Por isso, acredito que o fato de agora vai caminhar para isso, não tenho a menor dúvida. Então, gostaria de colocar novamente, pois, já coloquei para o Presidente da OAB, que transformou este fato numa causa legítima, mas numa causa permanente, hoje aconteceu com um advogado que tem todo o conhecimento e uma instituição que o defende, mas isso pode ocorrer com um cidadão comum e não ter a mesma repercussão que está tendo por ter acontecido com um advogado. Então, é preciso que, permanentemente, as instituições, passem por capacitação, essa é a palavra chave e a OAB tem que ser inserida neste processo, tem que acompanhar a formação, tem que cobrar do executivo, cobrar da cúpula da segurança pública uma capacitação permanente dos nossos policiais, nós sabemos que o policial quer isso, o comando quer isso. Precisamos trabalhar junto com o governo para que haja capacitação permanentemente por parte dos nossos policiais. Essa é a causa maior que defenderemos. E, através da

capacitação, o policial saberá quais as prerrogativas dos advogados, os direitos dos cidadãos, quais as atribuições dele e assim teremos policiais bem formados, bem preparados. Nossa carga horária de formação está acima da média nacional, não tenho a menor dúvida disso, temos uma polícia altamente qualificada, uma polícia séria, preparada, a melhor polícia militar do Brasil é do nosso Estado, não tenho dúvida disso, pois, conheço a realidade dos demais Estados. Agora, isso não quer dizer que temos que cruzar os braços e aceitar fatos desse tipo. Esse embate, já vivi, é a famosa carteirada que às vezes o policial comete para cima do cidadão, assim como um ou outro advogado também o faz para cima do cidadão ou do policial, quer dizer a gente vê essas coisas no dia a dia, quem trabalha na rua sabe como acontece. É cultura da nossa gente. Um dia presenciei um cidadão dando carteirada no aeroporto. Acho que tinha sido detido por algum problema e nós temos que acabar com essa prática e ela só poderá ser combatida com formação e capacitação profissional dos dois lados. Essa é a minha contribuição, quero parabenizar a OAB, a Polícia militar e a Secretaria de Segurança por tomarem todas as iniciativas para a apuração desse fato, quero parabenizar a Polícia militar por ter dado satisfação à sociedade, por ter afastado o policial do policiamento de rua até que o fato fosse esclarecido totalmente, sem deixar que esse policial fosse julgado sem a ampla defesa do contraditório. Fica aqui meu pedido ao Secretário de Segurança e à OAB para que acompanhem a formação dos policiais, que a OAB compareça à Polícia Militar com palestras e esclarecimentos sobre as prerrogativas dos advogados, com certeza, isso não ofenderá de maneira nenhuma o brio do policial que está lá se preparando, se capacitando, com essas ações é que teremos uma polícia ainda melhor da que temos hoje. Parabéns a todos. Obrigado.

O Senhor Deputado **Mecias de Jesus** – Senhor Presidente, Senhor Secretário de Segurança Pública Doutor Januário; Senhor Presidente da OAB Jorge Fraxe; Senhor Comandante da Polícia Militar, Coronel Santos Filho; e a Delegada-Geral Dra. Aidê, bom-dia. Não tenho nenhuma pergunta, apenas quero fazer algumas considerações e fazer um pedido. Gostaria de dizer que fiquei mais tranquilo com a segunda palavra do Coronel Santos Filho, pois, na primeira, parecia que ele já estava jogando a toalha e condenando os policiais militares. O corporativismo, Coronel, existe sim, existe na polícia Militar, existe aqui na Assembleia, existe na Polícia Civil, no Tribunal de Justiça, no Ministério Público e em todo lugar. Tem que existir sim, o que não pode no corporativismo é permitir abusos, excessos, extorsões ou medidas desnecessárias no cumprimento da missão. Mas na Polícia Militar de Roraima, eu convivo diariamente com policiais militares, policiais civis, com membros de toda a sociedade e sei que às vezes, são necessárias medidas mais duras por parte da polícia, não que eu apoie isso, de jeito nenhum, mas defendo também que sejam apurados os fatos com toda a clareza e que se afaste a palavra punir pela palavra apurar. Sou amigo pessoal do advogado Kairo Ícaro, é meu amigo, gosto muito dele, mas, não sei como as coisas aconteceram lá, também não quero acusar a polícia militar, só acho que os fatos têm que ser apurados. Porque temos que apurar? Temos que apurar não só porque aconteceu com o Doutor Ícaro, pois poderia ter acontecido com qualquer cidadão deste Estado e teria que ser apurado do mesmo jeito. Então, é preciso que seja apurado com toda firmeza e acredito que vossa excelência vai fazer isso, mas também não se pode tirar a proteção de cima do policial senão ele vai ficar com medo de agir, porque se ele agir vai ser punido e a polícia militar não pode ter medo, ela tem que estar pronta para agir de qualquer forma. Porque se tivermos policiais civis ou militares na rua para combater bandidos, como anjos, eles não vão combater não. Eles têm que ser firmes nas ações deles, mas com cautela e respeito a qualquer cidadão do Estado de Roraima. Isso é o que defendo e gostaria de expressar meus cumprimentos a todos os senhores. Gostaria de fazer um pedido ao Secretário de Segurança Pública, ao Comandante da Polícia Militar e à Delegada-Geral que na próxima vez que vierem a esta Casa seja para trazer um plano de segurança pública para o Estado de Roraima. Um grande abraço e obrigado.

O Senhor Comandante da Polícia Militar de Roraima (**Coronel Santos Filho**) – Gostaria de aproveitar a oportunidade para agradecer ao Deputado Soldado Sampaio e ao Deputado Mecias de Jesus pelas palavras proferidas, e, ainda, gostaria de fazer uma correção em relação à palavra que mencionei de forma enfática no tocante ao corporativismo. Respeito o posicionamento do senhor Deputado Mecias, mas gostaria de dizer que, quando falei que não havia corporativismo na Polícia Militar, estava me referindo no sentido de não haver condescendência na Polícia Militar, o comando da Polícia Militar não é condescendente com irregularidades, nós não aceitamos, apuramos e se necessário punimos, sempre nessa ordem. Não se pune, só depois de apurar. A polícia Militar apura e se necessário pune. Isso significa manter a instituição livre de eventuais contaminações que não devem ocorrer. A Polícia Militar tem que se manter a mais pura possível naquilo que é sua atribuição. Portanto, o que falei foi isso, não ser condescendente com irregularidades ou com qualquer situação delituosa. Obrigado.

O Senhor Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil Doutor (**Jorge Fraxe**) – Gostaria de me filiar às palavras do Deputado Soldado Sampaio, pois, é exatamente essa comunhão que nós pregamos essa reciclagem,

essa preparação, esse conhecimento, mas isto não é simples, tem que ter uma dedicação diária para isso, isso envolve custos, a requisição de pessoas preparadas para ministrar essas capacitações. Quando falo causa, é porque a causa é constante, o caso vai acabar, mas a causa é constante. Então, é nesse sentido a fala da Ordem dos Advogados. Outra coisa importante é sobre o corporativismo que o Deputado Mecias falou, pois é assim que funcionamos em sociedade, nós somos corporativos, temos a corporação da Ordem, dos médicos, dos deputados, mas, na nossa vida temos que ter limites, também limites nessas corporações. É exatamente por isso que elas convivem, elas estão em sociedade em razão dos seus limites e os excessos devem ser apurados e se necessários punidos. A fala do Deputado Soldado Sampaio é omote da ideia que temos sobre segurança é essa reciclagem, essa preparação, é ter a segurança com uma estrutura física adequada e com pessoas qualificadas, e isso é caro e daí trabalho, mas precisamos fazer essa cobrança do Estado nessa atividade.

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** – Senhor Presidente, senhoras e senhores Deputados, senhor Presidente da OAB Doutor Jorge Fraxe; Coronel Santos Filho, Comandante da Polícia Militar; Senhor Secretário de Segurança Pública, Doutor Januário e Delegada-Geral Doutora. Aidê. Não tenho perguntas para fazer, mas gostaria de fazer algumas considerações sobre o fato. A repercussão desse fato veio à tona com uma força muito grande, será que foi só porque aconteceu com um advogado? Tenho uma filha que é advogada, gostaria de saber se tivesse ocorrido com uma pessoa comum a repercussão seria a mesma? Gostaria também de fazer um pedido à Doutora Aidê Delegada-Geral da Polícia Civil, para que possamos fazer uma reunião, uma palestra ou promover algo que possibilite uma melhor e maior convivência dos Deputados com os delegados e com os agentes. Não podemos esquecer que a humildade é a maior das virtudes, não é possível que as pessoas pensem que porque teremos um cargo de delegado, de agente ou outro cargo qualquer que lhes dê poder, sejam melhores que outro cidadão. Sugiuro que façamos juntos um trabalho de conscientização, nós da Assembleia, a OAB e as polícias do Estado, para que os agentes e delegados tratassem todos igualmente sem distinção de cargos, poder ou ambiente social em que vivem. Tenho certeza que vocês fariam um trabalho de segurança pública com o apoio de toda a sociedade do Estado de Roraima e dos Municípios. Obrigado.

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) – Gostaria de solicitar ao senhor Deputado Francisco Mozart que assuma a mesa dos trabalhos, pois terei que me ausentar agora para uma Audiência.

Antes, gostaria de agradecer imensamente a presença dos senhores nesta Casa. Esta Presidência, bem como os demais Deputados desta instituição, estará sempre de portas abertas para qualquer tipo de esclarecimento diante da sociedade roraimense. Agradeço aos integrantes da Polícia Militar, agradeço às pessoas que estão presentes e demais autoridades que compareceram aqui, hoje. Obrigado.

O Senhor Presidente (**Francisco Mozart**) – Com a palavra a Senhora Deputada Aurelina Medeiros.

A Senhora Deputada **Aurelina de Medeiros** – Senhor Presidente, senhoras e senhores Deputados, bom-dia a todos aqui presentes. Bom-dia ao Coronel Santos Filho, ao Coronel Januário, ao Doutor Jorge Fraxe e à Doutora Aidê que vieram até esta Casa participar desta Comissão Geral. Talvez nos meus anos de Assembleia eu não tenha ouvido uma explanação tão boa, tão pura, tão sincera, tão completa, sem medo. É que colocar os fatos de forma direta e clara é muito difícil assim acontecer. Fiquei muito feliz por isso. Fiquei observando como todos colocaram suas explicações, com clareza e detalhes, de forma que não deixaram muito a perguntar não. Não deixaram dúvidas, enfim os fatos foram colocados de forma clara. Embora tenha ouvido todos os dias essas discussões, sugestões para chamarmos as instituições para prestar esclarecimentos, confesso que só vim ter maior conhecimento do caso agora, nesta sessão. Acho até que isso faz parte do nosso dia a dia. Todos os dias, seja com o advogado, seja com o cidadão lá do Raíar do Sol, do Araceles, do centro estamos ouvindo coisas desse tipo: que discutiram, que agrediram, que foi além das prerrogativas da função, mas acredito que fazer segurança, Coronel Santos Filho, não é como trabalhar com a saúde, é muito difícil fazer segurança. Uma coisa que o senhor falou me marcou, quando disse que vocês são formados para suportar pressões, e aí, me reporto ao co-piloto que conduziu o avião para matar aquelas 150 pessoas na Europa, certamente ele também foi formado para isso. Mas, não podemos deixar de lado o lado humano das pessoas, que foge do controle da gente, por ambas as partes, do agredido e do agressor, se é que houve esse tipo de comportamento durante o fato. Não sei se foi falta de formação intelectual do servidor, pois acredito que a polícia é muito bem formada e o advogado também passa anos em uma universidade, se preparando. Então, deve ter consciência também dos seus atos, de suas obrigações na sua função, de forma que é mais um caso que deve ser apurado.

Outra colocação sua me chamou atenção, foi o fato de o senhor dizer que só dezesseis peritos estão atuando. Um dia desses estive aqui o Secretário de Justiça e Cidadania e disse que dos 280 Agentes Carcerários, só 80 prestam serviços, só 80 estão na penitenciária. Por quê? Onde estão nossos servidores?

Isso vocês colocaram aqui no início da fala, tipo dizendo que, pelo amor de Deus, nos ajude porque estamos tentando arrumar. A gente sabe disso. Naquele dia eu não perguntei para o Secretário Josué onde estão nossos agentes? Será que vamos fazer concurso de novo, se já temos na Secretaria de Segurança 300 no quadro em extinção, num Estado que não tem muito mais o que fazer para pagamento de pessoal.

Quero pedir uma coisa ao colega Deputado Jorge Everton. A gente discute muito unificação de polícia, para mim o que precisa ser feito são unificações de ações de polícias. Eu não sei qual a ideia, mas acho que devemos discutir para sair daqui sugestões para um plano de segurança, que se discuta um dia, dois três, mas que se discuta com todos ao mesmo tempo para fazermos um bom plano de segurança para este Estado. E gostaria de saber também sobre as obras dos DPs. Obrigada e parabéns.

O Senhor Secretário de Segurança Pública (**Januário Lacerda**) - Eu disse dezesseis que estão trabalhando nos plantões, os outros trabalham nas atividades do instituto de laudo, exames, são trinta peritos, mas parece, salvo engano, que só 20 estão atuando e temos nove vagas de peritos que começaram e depois saíram. O número de médicos legista é maior ainda. Então os institutos tanto de identificação, o de criminalista e o IML estão fazendo um trabalho para dimensionar o quadro de servidores e saber quantos são os servidores peritos, servidores administrativos e os auxiliares de peritos, para que a gente possa fazer um dimensionamento para fazer o concurso público. O número está reduzido em função de algumas pessoas que passaram em outros concursos, não se adaptaram à atividade ou pediram licença sem vencimentos para tratar de assuntos particulares. Diante dessas circunstâncias, o instituto ficou com poucos funcionários, por isso, temos que dimensionar para o atendimento da população. A questão dos dezesseis é que estão no plantão, eles que fazem o trabalho de ir ao interior, ao local do crime no diaadia do plantão de 24 horas.

Com relação à conclusão das reformas e obras, nós acreditamos e temos uma perspectiva do 3º DP, localizado na Avenida São Sebastião, para setembro. O Secretário Flamarion está atrás para conseguir executar o convênio dentro do prazo e concluir a obra que já está bem adiantada. O 1º DP está dependendo de resolver umas pendências com uma empresa, o 2º DP também, a empresa que fazia o serviço não está fazendo e a de Caracarái está tocando em macha lenta. Então, já conversamos, o Flamarion está incumbido de verificar isso para acelerar a conclusão da obra. Hoje, há duas obras que estão bem adiantadas: a de três DP e Delegacia de Caracarái.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** - Bom-dia a todos, gostaria de cumprimentar o Doutor Jorge Fraxe, Presidente da OAB, que tem o objetivo institucional proteger os direitos dos cidadãos, parabéns pelo trabalho que tem feito à frente da Ordem dos Advogados do Brasil, cumprimento a Deputada Lenir, Deputado Naldo, Senhor Secretário de Segurança Pública Januário Lacerda, em seu nome, cumprimento a cúpula da Polícia Civil, gostaria de parabenizá-lo pelo trabalho à frente dessa instituição, no tocante à promoção das políticas públicas de segurança pública para nosso Estado, quero parabenizar o Comandante da Polícia Militar Coronel Santos Silva e em seu nome parabenizo toda a polícia militar. E como disse o nobre Deputado Soldado Sampaio, é a melhor polícia do Brasil, homens ágeis e atuantes estão sempre protegendo e servindo a nossa sociedade. Cumprimento e parabenizo a doutora Aidê Magalhães, Delegada-Geral e em seu nome cumprimento todos os policiais civis, cujas ações a senhora como Delegada-Geral tem a função de coordenar. Quero parabenizar todos pelas respostas claras, transparentes e verdadeiras, e dizer que é essa a forma de agir, atuar, nós e o Estado. A Assembleia Legislativa tem cumprido o seu papel, parabenizo todos vocês, os que já vieram esta Casa, convidados ou convocados, e os que ainda virão, o nosso governo, governo do povo, governo Suely Campos é assim, nós nos prontificamos e aqui está a cúpula da Segurança Pública do Estado para prestar esclarecimentos a respeito de uma ação específica ocorrida. Entretanto, em governos anteriores, muitas vezes, aprovamos Requerimentos nesta Casa convidando, convocando secretários, que sequer respondiam, sequer davam as caras e desrespeitavam a Assembleia Legislativa. Hoje Assembleia Legislativa se sente prestigiada com a presença de todos vocês, parabenizo a Mesa, pois, é assim que Assembleia Legislativa tem que atuar, nós estamos sempre prontos a prestar esclarecimentos, não só à Assembleia, mas à sociedade também. Portanto, como Líder do Governo, quero parabenizar a todos e me colocar à disposição da Assembleia Legislativa para que, juntos com os demais colegas, possamos ajudar a aprovar projetos e desenvolver ações que tragam muito mais segurança pública para o nosso Estado de Roraima. Obrigada.

O Senhor Comandante Geral da Polícia Militar do Estado de Roraima (**Coronel Santos Filho**) - Agradeço mais uma vez a oportunidade e quero me manifestar agradecendo a Deputada Aurelina pelas suas palavras ao Deputado Brito Bezerra também. E quero fazer um comentário, de fato somos profissionais formados, qualificados para o exercício da profissão, e somos condicionados às mais diversas situações de dificuldades, na execução da nossa atividade, mas temos também consciência que por trás daquele policial militar seja homem, seja mulher, existe uma pessoa, existe um ser humano, com suas dificuldades, como qualquer outra pessoa, com suas limitações, e eventualmente esse equipamento

humano que termina se revelando por “n” situações, somos sujeitos a uma carga de estresse diária e não é fácil suportar. O condicionamento *a priori* que existe nos leva suportar essas dificuldades e essa carga de estresse. Isso, eventualmente, por alguma circunstância pessoal se revela e as coisas ocorrem. Agradeço sua colocação e falo que apesar de condicionados para essas dificuldades, nós também somos seres humanos, sujeitos a uma eventual fraqueza ou problemas que ocorrem com todas as pessoas. Obrigada.

O Senhor Deputado **George Melo** - Quero aqui saudar e parabenizar o Presidente da OAB, que vem ganhando simpatia da população de Boa Vista. Entendo que a OAB extrapola e tem uma condição ímpar dentro da sua importância na sociedade. Quero parabenizar o Secretário Januário Lacerda, quando no olhar sensível de cidadão manifestou a importância de se ter uma ouvidoria ligada à Secretaria de Segurança. Quero deixar a simpatia do Bloco, grupo de Deputados desta Casa, a essa atitude, também somos sensíveis e estaremos prontos, o mais rápido possível, se precisarem de um projeto, estaremos de mãos dadas com seu pensamento nesse sentido. Quero saudar a Delegada-Geral Aidê, conhecemos as dificuldades por que passa a instituição e que a gente, sem dúvida nenhuma, tem o maior carinho pela Delegacia-Geral. Quero externar ao Comandante Santos Filho toda nossa estima à PM, que, para mim, é a melhor do Brasil, por ser a melhor PM do Brasil precisa constantemente ser testada, e quando Vossa Excelência colocou aqui com extrema sabedoria, que o treinamento militar passa por estágios limites, tenho certeza, que toda população de Boa Vista fica mais segura com isso, fica mais seguro em ver o policial com esse olhar, essa cuidado.

Gostaria de fazer uma pergunta a Vossa Excelência. Houve informação, através de todos os meios de comunicação, que o programa Ronda no Bairro acabou, há poucos carros na cidade, sabemos que hoje a PM tem um efetivo grande e minha pergunta refere-se ao fato de a população ter aprendido a confiar nessa atuação e por isso, pergunto se já existe um o programa para suprir esse serviço? Tenho dito Comandante, que o problema de Roraima, como o Flamarion dizia isso a todo estante nesta Casa, Deputado Brito também, Soldado Sampaio, que o problema de Roraima não é gestão nem dinheiro, dinheiro tem muito, é um bilhão e setecentos milhões por ano, enquanto o Estado não tem dinheiro para consertar uma ponte! É, no mínimo, preocupante, porque dinheiro tem e é muito. O problema é gestão. E estamos dispostos até cortar na carne para que o Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas, Ministério Público, a Assembleia, façam com que o estado encontre seu caminho. Tenho certeza que todos os Deputados, as pessoas que estão aqui e o povo em geral esperam uma nova ação da PM para que a população continue segura. Essa é minha pergunta.

O Senhor Comandante Geral da Polícia Militar do Estado de Roraima (**Coronel Santos Filho**) - Deputado George Melo, com relação à pergunta formulada por Vossa Excelência, gostaria de esclarecer. Primeiramente, o Senhor mencionou a PM na questão do efetivo, do número grande de policiais militares. Bem, gostaria de mencionar ao Senhor que não é tão grande assim e gostaria de fazer uma colocação que talvez não seja do conhecimento dos Senhores. A Polícia Militar, em 2002, teve aprovado um efetivo de três mil polícias, nós estamos no ano de 2015 a Polícia Militar tem menos de dois mil militares, infelizmente o que observamos é que houve uma diminuição em relação ao percentual de crescimento populacional que dificulta, e muito o trabalho do nosso pessoal. Nós temos, hoje, 1924 policiais militares, que estão distribuídos em todo Estado, com percentual maior na capital em razão das demandas por segurança existente, mas as demandas existem no interior, temos policiais nos mais longínquos rincões do Estado, há pessoas que não conhecem localidades, como: Caicumbi, Santa Maria do Boiaçu, mas o policial militar está lá, enfrentando muitas dificuldades, mas cumprindo sua missão. É uma situação *a priori* que será tratada pelo governo porque conhece a necessidade. E nós precisamos além da questão da segurança, o componente humano, precisamos de equipamentos, materiais, para que as coisas corram efetivamente. Acredito que em outro momento, poderemos aprofundar sobre esse aspecto. No momento, foi só para esclarecer o que Senhor mencionou do efetivo.

Com relação ao Programa Ronda no Bairro, gostaria de mencionar para o Senhor aos demais, que é um programa que tem sua eficácia, é um excelente programa, que tem subjacente a doutrina do policiamento comunitário, aquele contato aproximado à população que todos nós, integrantes da corporação polícia militar, instituição de um modo geral de segurança, buscamos manter com o cidadão, que é o cliente do nosso trabalho. O Programa Ronda no Bairro foi criado no ano passado, passou por algumas situações problemas. Hoje, Deputado, se encontra em processo de reformulação, reeducação, aquilo que é a realidade da polícia militar, instituição Polícia Militar não está para ninguém, está para prestar serviços de qualidade. Temos problemas logísticos, problemas de organização, estratégicas que precisam ser devidamente resolvidas, sanados num momento de implementação de um programa como esse. Gostaria de fazer uma observação ao programa “Ronda no Bairro” que não é um programa exclusivo da polícia militar, é um programa que envolve outras instituições, por isso a necessidade de trabalharmos juntos, polícia militar e todas as instituições envolvidas. Nós temos contato imediato com a população, através dos veículos que circulam, houve uma

redução do número de veículos por alguns fatores, inclusive um fator que tem contribuído de forma significativa é a necessidade de nossa permanência num sistema prisional. Infelizmente, ocorreram situações de crises e a polícia militar se fez presente naquele local para resolver a questão, por circunstâncias outras nós ainda permanecemos, mas na expectativa de que aqueles problemas se resolvam, e o contingente que hoje é utilizado lá volte realmente aos seus trabalhos nas ruas. Não estou justificando a ausência, mas estou explicando para o Senhor e a população de um modo geral, porque a visibilidade que ocorreu no primeiro momento da implantação do programa, hoje, ficou um pouco prejudicada. Então, nós temos demandas, problemas e a Polícia Militar uma vez convocada, vai cumprir sua missão da melhor forma possível, e a situação do sistema prisional em que a Polícia Militar se encontra, se nós não tratarmos resolver o problema que lá existe, no sentido de evitar que as fugas ocorram, outros problemas serão gerados para a sociedade que se encontra fora daquele perímetro. Então, houve necessidade que levou o Comando da Corporação da época tomar essa medida. Nós, em função do quadro em que se encontra o sistema, entendemos que seria conveniente e necessário essa permanência, mas na expectativa de que a situação se resolva. A Deputada Aurelina falou que prestaram concurso, foram qualificadas, mas que não estão totalmente exercendo suas atividades há necessidade de que esse contingente assuma aquilo que é sua atribuição e a polícia militar volte a exercer aquilo que a lei estabelece como nossa atribuição também. Na questão da reformulação, mencionei para o Senhor, que temos que gerir os recursos, e quanto à questão de gestão, nós temos que otimizar a utilização do recurso, sejam recursos materiais, sejam recursos humanos, e a polícia militar tem que cumprir efetivamente, atender as demandas com essas racionalidades. Então, o programa passa por uma reformulação no sentido de utilizar da melhor forma possível os recursos humanos que nós temos recursos materiais, para que a resposta dada pela corporação por meio do programa Ronda do Bairro ou qualquer outro programa destinado a promover segurança à população seja de fato efetivo, atenda de fato a necessidade, gere na população uma sensação real de segurança que é isso que se espera, esse é o nosso trabalho.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** pede Questão de Ordem. Solicito a prorrogação da Sessão pelo tempo necessário, considerando que passa da hora regimental.

O Senhor Presidente (**Chico Mozart**) – Defiro o pedido da Senhora Deputada Lenir. Prorrogo a Sessão pelo tempo necessário.

O Senhor Deputado **George Melo** – Comandante, acompanhei atentamente sua colocação, o ponto que chamou minha atenção foi que o governo cancelou o combustível da PM, e vendo seu esforço já ficando sem Ronda no Bairro, sem combustível, vai ficar só material humano. Gostaria de pedir ao Líder que ajudasse o Comandante da PM para reverter esta questão do combustível, porque a PM sem combustível vai ficar difícil.

O Senhor Deputado **Jânio Xingú** – Presidente, eu queria me dirigir ao Comandante da PM, Secretário de Segurança, à Delegada-Geral, é do conhecimento de todos que vocês trabalham com poucos recursos. A gente sabe que o orçamento do estado está comprometido, e a grande maioria com pessoal, isso falta dinheiro para logística, combustível, equipamentos, armamentos, enfim, a situação da Secretaria de Segurança e o conjunto de segurança como a gente sabe, precisa de uma ampla discussão no sentido de recursos, de recursos humanos, e etc.. O Deputado George acabou de falar sobre a questão do PIB de Roraima, mas é impressionante quando você vê os dados. O IBGE, a cada 10 anos, mede a população do Brasil, e se percebe que o Estado de Roraima, há dez anos, tinha um orçamento, um PIB de um bilhão, quatrocentos e poucos reais. Nós estamos, 10 anos depois, com um PIB em dobro: três bilhões e poucos milhões de reais. Aí a gente volta naquilo, o que falta realmente é gestão. Eu não estou aqui querendo dizer que o governo está fazendo uma má gestão, porque se eu disser isso, os outros também fizeram, porque o atual governo tem apenas três meses. Ainda não houve tempo para podermos falar, é preciso esperar para ver que rumo o governo vai tomar. Que projetos o governo vai tomar, que projeto o governo vai priorizar. Agora, entenda bem uma coisa, em 10 anos a população de Roraima cresce apenas 78 mil pessoas e o PIB dobrou. O PIB cresceu mais que a população, quem fala isso é o próprio IBGE. O que acontece é que nós também, como Deputados, e eu participei da legislatura passada, este poder virou balcão. Todo mundo chegava aqui querendo aumento de salário, o governo na época também não se preocupou em fazer isonomia. Então, chegava à Secretaria “A” eu quero. Chega a “B”, eu quero. Sabe o que aconteceu? Inchou o governo. O governo tem hoje grande parte dos seus recursos comprometidos com o RH, não tem recursos para logística. Não tem recursos para investimento e o governo precisa agora fazer uma reforma administrativa. Eu estou ansioso, esperando esse pacote chegar aqui. A reforma administrativa tão esperada neste poder. Agora, resta saber se vai realmente ter coragem de fazer isso. Eu quero dar só um exemplo, existem secretarias que não têm nenhuma razão de existir e pode estar faltando dinheiro na segurança pública. O que faz a secretaria de articulação municipal? Pra que ela existe? Que razão ela tem para existir? Nenhuma. Mas está lá um orçamento garantido na LDO, na LOA tem um quadro de detalhamento de despesa que podia estar comprando viatura, armamento, reciclando policiais,

é aí que a população iria ter uma segurança mais atuante, uma segurança melhor.

Como está, não adianta cobrar muito, o que precisa ser feito, realmente, é um grande debate, sobre a reforma administrativa para sobrar recursos para segurança, saúde, os investimentos no setor primário, para desenvolver educação de qualidade e para Roraima achar o caminho do desenvolvimento. Esse é o meu pensamento. Obrigado.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** – O Deputado George Melo falou sobre a questão da gasolina. A nota que Vossa Excelência se referiu, eu gostaria de ler. Gasolina 1 -O governo do estado tomou a decisão que já deveria ter sido efetivada há muito tempo.

A governadora Suely Campos, em reunião com a cúpula da segurança pública, decidiu acabar com a cota de 40 litros de combustível para cada viatura do programa Ronda nos Bairros da Polícia Militar. A frota agora vai passar a circular com tanque cheio, permitindo que os policiais possam enfrentar a bandagem, sem a necessidade de ficarem preocupados com carro apresentando pane seca.

Gasolina 11 – Regrar gasolina significava comprometer os serviços prestados pela PM, pois se a cota do dia acabasse, a viatura seria abastecida apenas no dia seguinte. Para se ter uma noção do problema, um desses veículos chegam a rodar uma média de 250 a 350 quilômetros diariamente, apenas na capital, conforme números fornecidos pela Senhora Governadora no dia da reunião na semana passada.

Então, a cota de 40 litros, não vai mais existir, e sim o tanque da viatura cheio para dar condição para a polícia militar proteger e servir os cidadãos roraimenses e trazer a sensação de segurança pública merecida.

O Senhor Presidente (**Francisco Mozart**) – Gostaria que os colegas comentassem apenas sobre os assuntos da audiência, que foi o caso do advogado Kairo Ícaro, também outras perguntas que surgirem, a gente trataria em outras comissões como foi sugerido pelo Deputado Jorge Everton.

O Senhor Deputado **Naldo da Loteria** – Senhor Presidente, Senhores e Senhores Deputados, Presidente da OAB, Jorge Fraxe, em nome do Secretário de Segurança Pública, Doutor Januário, cumprimento as demais autoridades de segurança do nosso Estado e dizer que é motivo de satisfação quando acontece que as autoridades se entendem. A gente sabe que houve um pouco de exagero, mas essas coisas acontecem, quando o policial militar passar por tensões e às vezes, comete alguns erros, quando é provocado, quer dizer ficou o exemplo de tudo isso, é que a sociedade tem, principalmente, as autoridades para chamar atenção para a questão do alcoolismo. Se não tivesse uma pessoa embriagada, armada, andando perigosamente pelas estradas, não teria acontecido tudo isso. Era isso, senhor Presidente.

O Senhor Deputado **Oleno Matos** – Na minha fala, vou me dirigir ao Doutor Januário e gostaria de agradecer a presença do nosso Comandante da PM, Coronel Santos Filho, da Delegada Aidê, nossa Delegada-Geral, do meu amigo Presidente da OAB, Doutor Jorge Fraxe. Acredito que o debate em torno de um fato, não tenho dúvidas, nos deu a oportunidade de saber um pouco mais sobre o que o nosso Governo pensa com relação à segurança pública, sobre as melhorias que nós vamos buscar.

Neste sentido, estava aqui pensando e é preciso me manifestar. O policial militar, o bombeiro, me lembram muito a questão do super-herói. O super-herói tem que ser uma pessoa praticamente perfeita, quase sem possibilidades que seus sentimentos aflorem. E eu fiquei muito feliz, Comandante, quando o senhor se emocionou, sei o quanto o Senhor respeita a corporação e a população do Estado, alias já tinha certeza disso, hoje, ficou confirmado que a PM está em grandes mãos e, portanto, será muito bem conduzida.

Quero aqui esclarecer, como no dia da Sessão anterior se originou esse momento. Surgiu de uma fala minha aqui no plenário para dizer que diferente do que foi estampado no site e na manifestação das redes sociais aqui da Casa. Em nenhum momento este Deputado colocou o pedido para a punição de policiais militares. Na nossa fala, conforme registrado nos anais da Casa, pedimos a apuração dos fatos em relação ao que aconteceu. Eu não tenho dúvida que a corregedoria da PM, tanto como a corregedoria da Polícia Civil está providenciando. Então, eu só tenho a agradecer os esclarecimentos e, como já foi dito aqui, a nossa Casa está pronta para receber qualquer plano que vier no sentido de buscar melhor segurança do cidadão roraimense.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Antes de finalizar gostaria de estender o convite aos colegas, é que estamos decidindo definir uma data melhor para que possamos fazer a reunião na comissão. Será uma reunião da comissão, mas deixo aberto para todos os colegas que quiserem participar. Acho importante a presença de vocês, lá nós pretendemos, Doutor Januário, discutir a reestruturação das leis que falam sobre autonomia das Polícias Civil e Militar, do Corpo de Bombeiros, mesmo porque não faz sentido o Secretário ser rainha da Inglaterra, não poder estar articulado nesse sistema de segurança pública. Também não concordo como foi feito na legislatura anterior, de retirar a autonomia só da polícia civil, ou dar autonomia para todo mundo e faz uma harmonia com o secretário de Segurança Pública, ou tira de todo mundo, e o Secretário de Segurança Pública é que vai decidir os rumos da segurança pública.

Então, é importante que todo Deputado, Presidente, participe das

nossas discussões que serão individuais, depois a gente pode marcar outra coletiva entre todos. É preciso, porque estavam definindo a data e queriam todos no mesmo dia, o objetivo é dar tempo para que os Senhores possam individualmente falar do problema que se encontra na pasta, depois a gente harmoniza numa reunião ampla, mesmo que precise passar mais de um dia, mais de uma semana. Nós precisamos trazer projetos que melhorem a vida das pessoas. O item da fala do Coronel Santos Filhosé o que a gente sente, como policial, é que todo problema social, a culpa é da polícia, mas não é assim. Se o policial precisou agir, é porque faltou educação, saúde, faltaram garantias constitucionais ao cidadão, faltou lazer. Então, a utopia, se é que se existe o artigo 5º da Constituição está falhando. Então, a culpa é sempre da polícia? O problema é de polícia. Eu não penso assim. Eu penso que quando um caso chega às vias policiais, é porque todo o sistema do aparato do Estado falhou, e isso a gente precisa debater. Por isso eu queria convidar todos os colegas para participar desse momento que eu acho importante para ouvirmos a segurança pública do nosso Estado. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** – Quería só agradecer ao Secretário, Doutor Januário; ao Comandante da Polícia Militar, Coronel Santos Filho; à Doutora Aidê, e dizer que estou muito feliz por vocês estarem aqui. Na legislatura passada, Presidente da OAB, Doutor Jorge Fraxe, não conseguimos trazer nenhuma autoridade: Secretário e outros como bem disseram os Deputados Xingú e George Melo que fizeram parte da legislatura passada. Nós não conseguimos, o governo comandava e impedia a vinda das autoridades para cá. Eu disse, agora no meu pronunciamento que a humildade, é mãe de todas as virtudes. Doutor Januário, quero parabenizá-lo porque quem não deve não teme. Quem não tem, digamos nada a esconder tem que vir prestar contas à sociedade.

Então, era esse pronunciamento que eu queria fazer, dizer também, eminente amigo Deputado George Melo, quando nós dizíamos que os problemas do Estado não eram financeiros, era gestão, é porque a Governadora Suely Campos assumiu o governo com um decréscimo de 22 milhões que é descontado de empréstimos que foram feitos no governo passado. No governo passado não tinha também esse decréscimo de 22 milhões que dava para comprar umas carteiras escolares, a Deputada Lenir sabe muito bem disso, pois 22 milhões no orçamento numa secretária faz um estrago muito grande. Então, felizmente a Governadora Suely pegou com o decréscimo de menos 22 milhões no orçamento que foram os empréstimos aprovados por esta Casa, abateram no orçamento do Estado.

Então, era isso. Obrigado e parabéns a vocês todos.

O Senhor Presidente (**Francisco Mozart**) – Gostaria de agradecer a presença da Delegada-Geral, Doutora Aidê; do Comandante-Geral, Santos Filho; do Secretário Januário; do Presidente da OAB, Jorge Fraxe.

Muito obrigado pela presença de vocês e abro espaço para quem deseja fazer suas considerações finais.

A Senhora Delegada-Geral, Doutora (**Aidê Magalhães**) – Devo duas respostas às indagações do Deputado Oleno Matos, quando ele perguntou ao Secretário Januário a respeito do novo horário adotado com a polícia civil na capital.

Então, esclarecendo, essa medida resulta de um estudo realizado, como a primeira meta, visa otimizar o atendimento ao público, em segundo lugar, o conforto ao servidor.

Hoje os distritos e as delegacias de defesa social são as que estão funcionando com o novo horário. O horário é de 7:30 às 13:30, primeira jornada, com uma turma. A segunda jornada, das 13h30min às 19h30min, com outra turma de policiais, inclusive com delegado de polícia. É claro, que cada um desses distritos e dessas delegacias de defesa social, tem o titular responsável pelo funcionamento, em tese 24h dentro da necessidade, até porque é uma função gratificada.

Então, segundo o raciocínio que o Senhor perguntou sobre as delegacias do interior.

As delegacias do interior, ainda, continuam funcionando no antigo regime, porque está havendo estudo para uma melhoria, ainda não concluído. Mas esclarecendo, cada delegacia do interior tem um Delegado titular responsável. A delegacia funciona até às 13h30min, regime de expediente é 24h em plantão. Como a demanda do interior é diferente da capital, o delegado titular responsável, fica de sobreaviso, conforme necessidade de atendimento, ele é acionado dentro desse plantão. Então, praticamente, é assim que funcionam as delegacias do interior e na capital. O novo horário é somente para os distritos e as delegacias de defesas sociais.

A partir das 19h30min, os serviços da Polícia Civil passam a funcionar nos plantões na central de flagrante, situado na 5º DP, Distrito Industrial. Então, ali estão funcionando os dois plantões, é o PPA e PPG, as oficializadas e os genéricos, até às 07h30min quando retorna o expediente.

E aproveitando a oportunidade, eu quero agradecer a todos vocês pela gentileza com que nós fomos recebidos nesta Casa. E, pela primeira vez, eu me faço presente para esclarecimentos. Muita agradecida pela gentileza e atenção dispensada. Muito Obrigada.

O Senhor Presidente (**Francisco Mozart**) – Vocês são bem-vindos a esta Casa.

Alcançada a finalidade desta Comissão-Geral, voltamos à Sessão na fase em que se encontrava.

Passamos para o Expediente de Expediente de Explicações Pessoais.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Senhor Presidente, uso o espaço para convidar os membros da Comissão de Educação para audiência com os sindicatos às 15h.

O Senhor Deputado **Naldo da Loteria** – Senhor Presidente, uso o espaço para prestar homenagem a todos os jornalistas pela passagem do seu dia.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Fui provocar a Doutora Aidê, com relação às delegacias do interior. Espero que agora, haja mudança, pois vivi uma situação dessa no final do ano passado. Que realmente as delegacias de polícia civil da sede de município adotem os dois expedientes. Fiquem lá, é preciso. Sei que a senhora já está cuidando disso, por que isso tem sido uma reivindicação, mas hojeo jornal trouxe uma notinha que dizia assim, tipo, no interior não funciona.

Então, fui provocar para justamente dizer que principalmente na sede de município funcionem os dois horários. Então, eu vivenciei no ano passado, cheguei ao Cantá pela manhã num domingo, tinha ocorrido um crime na madrugada. Qual foi a minha angústia, batendo na porta da polícia militar e da polícia civil, eu não encontrei ninguém. Depois de muita insistência, encontrei um rapaz, dizendo-me: “o delegado está de sobreaviso”. Sobreaviso é plantão, porque não existe sobreaviso em lugar nenhum. Na verdade, nós nunca aprovamos uma lei dizendo que tem sobreaviso para nada. E eu entrei em contato com o delegado aqui, mas não consegui que saísse em diligência para prender o criminoso que estava bem pertinho. Quer dizer, a gente sente muito isso. No interior, eu estou tirando, como referência, o Cantá, porque a Cantá você se desloca daqui e vai lá para o Baraúna na RR 432, é uma distância muito grande. **Às vezes, as pessoas vêm numa emergência, com ocorrência de um crime, às vezes, encontram a delegacia fechada.** Eu sei que já estão tomando providência, por isso eu provoquei para que a senhora explicasse, principalmente, nas sedes de municípios. A gente sabe que têm policiais em outras localidades maiores dos municípios, mas que fiquem no dia, é necessário.

Era isso que eu gostaria dizer, agradecendo a presença de todos. É muito bom estar aqui nesta manhã. Obrigada.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Presidente, de comum acordo, nós definimos as datas, eu gostaria de passar e então confirmar com os senhores.

Ficou para o dia 22 de abril, o Coronel Santos Filho; dia 02 de maio a Delegada Aidê; e dia 13 de maio, o Doutor Januário. Vou providenciar a documentação, e já ficam os colegas informados. Quero informar com relação ao que foi dito pela Deputada Aurelina. O assunto segurança pública é empolgante, apaixonante. Mas eu fui delegado do interior, no Mucajá, na época do Doutor Januário, eu era Defensor Público, nós atuamos juntos no município de Mucajá. E a vida não só do delegado, mas do policial do interior, como um todo, ele acaba abdicando do seu horário de repouso para estar trabalhando diuturnamente. Quando nós fizemos o concurso, Doutora Aidê, eram quatro delegados lotados em Mucajá, e eu já peguei uma realidade onde eu sozinho, de domingo a domingo, tinha que atender o dia todo. Então, muitas das vezes, você está no seu repouso, mas vai para delegacia atender. Então, foi instituído não sobreaviso, mais um plantão por região, na época, na tentativa de permitir ao policial ter o descanso. Mas para prender, para efetivar uma prisão, não precisa necessariamente o delegado estar presente, qualquer pessoa do povo pode prender, o policial militar estar presente no município diariamente. Agora, o procedimento de flagrante, **ai sim, necessita da autoridade policial.** Sei o quanto é difícil você fazer uma escala de plantão, sabendo que tem um delegado por município, e às vezes um delegado responde por dois, três municípios, como chega acontecer quando tem férias. Por isso, em obediência à Lei 055, eu fiz uma indicação ao governo pra que cumpra a Lei, porque o efetivo hoje já está abaixo de 10%. Como a lei diz e exige os concursos públicos, vamos encaminhar e vamos também discutir isso nas comissões. Mas é muito empolgante falar sobre segurança pública.

Muito obrigado pela presença de vocês, contem comigo para que a gente reformule a lei da legislação necessária.

O Senhor Presidente (**Francisco Mozart**) – **Não havendo mais nada a tratar**, dou por encerra a presente Sessão, e agradeço a presença dos militares, imprensa, cidadãos que vieram acompanhar esta sessão.

Convoco outra para amanhã, dia 08, à hora regimental.

Registraram a presença, no painel, os Senhores Deputados: **Ângela À. Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Evangelista Siqueira, Francisco Mozart, Gabriel Picanço, George Melo, Izaias Maia, Jalsen Renier, Jânio Xingú, Jorge Everton, Lenir Rodrigues, Marcelo Cabral, Masamy Eda, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Odilon Filho, Oleno Matos, Soldado Sampaio, Valdenir Ferreira e Zé Galetto.**

**Ata Sucinta Aprovada em: 08/04/2015**